

Módulo- História das Religiões

**Este material deve ser utilizado apenas como parâmetro de estudo.
Os créditos deste conteúdo são dados aos seus respectivos autores**

SUMÁRIO

Introdução	02
CAP.I — Conceito de Religião	03
Natureza e Significado das Distintas Formas Religiosas.....	
CAP.II — As Religiões Primitivas	04
Animismo	
Antropomorfismo	
Fetichismo	
Totemismo	
Xamanismo	
Magia	
Cultos Afro-brasileiros	
Vodu	
CAP.III — As Religiões Politeístas	13
Antigas Religiões Politeístas	
Religiões do Oriente Médio e Egito	
Zoroastrismo	
Religião Egípcia	
CAO. IV — A Religião Greco-Romana	17
Religião Grega	
Religião Romana	
CAP. V — Outras Religiões Politeístas Européias	21
Religião Germânica	
CAP.VI — As Religiões Monoteístas	22
Judaísmo	
Cristianismo	
Catolicismo	
Protestantismo	
Islamismo	
CAP. VII — As Religiões Orientais	30
Hinduísmo	
Budismo	
Confucionismo	
Taoísmo	
Sikhismo	
Xintoísmo	
Conclusão	39
Bibliografia	39

INTRODUÇÃO

Estudaremos neste módulo, de maneira sucinta e a partir de uma perspectiva panorâmica — pois seria tarefa ingente acomodar no pequeno espaço de uma publicação de natureza como esta toda a abrangente história das religiões mundiais —, a história e o desenvolvimento das principais religiões do mundo. Faremos isso examinando as principais contribuições que elas deram à humanidade e as classificaremos, entre outros, notadamente sob o critério geográfico e filosófico. Acidentalmente, apresentaremos também umas breves pinceladas sobre as subdivisões dessas religiões, principalmente o cristianismo, maior religião do mundo, com as suas principais ramificações: catolicismo e o protestantismo.

O Almanaque Abril define religião como a —crença na existência de um ou vários seres superiores que criam e controlam o cosmo e a vida humana. As religiões integram o campo simbólico que os homens criam para se relacionar com o mundo. Permitem explicar aquilo que não é compreendido pelas ciências de cada época, seja uma manifestação da natureza, seja uma elaboração da mente. Também constituem a matriz dos sistemas de valores que moldam as sociedades — os Dez Mandamentos são um exemplo típico. A etimologia da palavra religião — vem do latim *re-ligare*, ligar novamente — revela a crença na restauração de uma unidade perdida e o desejo de reconciliação entre os deuses e os homens. A adesão a uma religião implica a prática de seus ritos e a observância de suas prescrições....

—Entre as principais religiões monoteístas (que acreditam em um só Deus) do mundo estão o judaísmo, o cristianismo (que se divide em três ramos - catolicismo, protestantismo e Igreja Ortodoxa) e o islamismo. Das religiões politeístas orientais (que cultuam vários deuses), destacam-se o hinduísmo, o budismo, o confucionismo, o xintoísmo e o taoísmo. O xamanismo está presente na Ásia, na Oceania e na América do Norte. No Brasil são importantes ainda a umbanda e o candomblé, cultos de origem africana, e o espiritismo, em especial a corrente kardecista.

“As Religiões do Mundo — A análise da distribuição das religiões pelo mundo permite recuperar uma parte da história dos países e destacar traços religiosos comuns às nações de uma mesma região ou continente.

—**Europa** - O cristianismo é a principal religião da Europa e a maior do mundo em número de adeptos. Enquanto o catolicismo predomina nas porções meridional e ocidental do continente, a Igreja Ortodoxa prevalece em alguns países da península Balcânica e da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Já os protestantes são maioria na Alemanha, no Reino Unido, nas nações da península Escandinava e nas repúblicas bálticas. A imigração de turcos, de africanos do Magreb e de árabes traz o islamismo para certas nações européias, especialmente Alemanha e França, o que vem estimulando discursos xenófobos (contra estrangeiros) nesses países.

—**América** - A composição religiosa da América espelha a origem metropolitana: na América Latina, de colonização hispano-portuguesa, o catolicismo impera e é mais representativo do que na própria Europa, sede da Igreja Católica. As estatísticas, entretanto, ignoram fenômenos como o sincretismo religioso e a ligação a mais de uma religião. O espiritismo — praticamente restrito à América Latina — e o protestantismo — que vem crescendo em função do avanço dos pentecostais — também merecem destaque na região. Na América do Norte, dominada pelos ingleses, os protestantes são maioria. Os católicos vivem basicamente na província de Québec, no Canadá, ocupada inicialmente pelos franceses, e em alguns estados norte-americanos que recebem grande quantidade de imigrantes latinos, como Flórida, Texas e Califórnia.

—**Oceania** - A colonização britânica de boa parte da Oceania também deixa como herança a primazia do protestantismo sobre o catolicismo — as principais religiões do continente. As crenças tradicionais dos povos nativos estão em processo de extinção.

“África - A diversidade religiosa do continente africano é determinada pela prática de crenças animistas tribais, que dividem espaço com religiões estrangeiras, sobretudo o islamismo – introduzido pelos árabes no norte da África, a partir do século VII – e o cristianismo – disseminado especialmente após o século XIX, quando se acentua a colonização europeia. A existência de religiões de origem asiática decorre da imigração de mão-de-obra no período colonial.

“Ásia - A Ásia é o berço de antigas religiões de caráter étnico e também de crenças universalistas – cristianismo, islamismo e judaísmo – nascidas na região do Oriente Médio. O islamismo – segunda religião mais difundida no mundo – é majoritário no continente. Os muçulmanos se concentram no Oriente Médio, na Ásia Central, no Subcontinente Indiano e no Sudeste Asiático. Já o judaísmo é quase que exclusivo do Estado de Israel e o cristianismo tem influência reduzida na Ásia. O hinduísmo, terceira maior religião, é fundado na Índia e praticado pela maior parte dos habitantes desse país. O budismo, também originário da Índia, propaga-se sobretudo pela península da Indochina e pela Mongólia. O confucionismo e o taoísmo surgem na China, onde possuem importância significativa, e se espalham para algumas nações próximas no Sudeste Asiático. O xintoísmo prevalece no Japão.||¹

Estudar e comparar confissões religiosas que possuem crenças e valores tão diversos e diversificados representará certamente para o estudante da área teológica um saudável exercício de tolerância e respeito pelos credos alheios e conduzirá à ampliação dos mesquinhos e tacanhos horizontes espirituais e religiosos a que muitos de nós fomos impingidos por nossa cultura ou formação.

Capítulo I

CONCEITO DE RELIGIÃO

"Acreditar numa ordem superior e que o bem supremo consiste em ajustar-se harmoniosamente a ela" é a definição do pensador William James para a ancestral e intuitiva percepção religiosa do homem, que tem uma necessidade essencial de compreender a realidade que o cerca, o porquê do mundo e seu lugar dentro dele. As concepções míticas e os ritos mágicos das sociedades primitivas expressavam já essa íntima convicção na existência de forças superiores que dão sentido à natureza e alimentam o propósito de estabelecer algum tipo de comunicação com tais forças. À medida que o homem adquiria conhecimentos mais amplos sobre o mundo em que vivia, esses vagos poderes sobrenaturais começaram a ser representados por meio de contornos mais precisos e surgiram assim as religiões organizadas, que partilhavam com os cultos primitivos o reconhecimento de uma natureza superior e a dependência do homem em relação a ela.

Toda experiência religiosa, portanto, brota da interrogação em torno das questões fundamentais da existência e pode manifestar-se como um vago sentimento íntimo e pessoal, ou assumir formas exteriores precisas e estruturadas. A partir de perspectivas diferentes, o teólogo se ocupa dos princípios e dogmas de uma religião em particular, o filósofo se interessa pelo fato religioso em sua essência e como atividade humana, e o historiador das religiões estuda fundamentalmente aquelas formas externas em suas transformações e cristalizações. Todos esses enfoques, no fim, são determinantes de âmbitos complementares da religião, que se pode definir em termos gerais como o conjunto de relações entre os homens e um ser ou potência superior, ao qual, por atribuir-se a ele caráter divino e sagrado, se rende culto individual ou coletivo.

¹ Almanaque Abril 1999, art. “Religião”.

Natureza e Significado das Distintas Formas Religiosas

A dificuldade da tentativa de abordar uma classificação das diferentes formas religiosas não impede que se estabeleça uma primeira distinção entre religiões primitivas e religiões superiores. Por superiores entende-se o grau de abstração conceitual e o progresso cultural e não o nível de religiosidade.

O culto aos antepassados e a crença na vida depois da morte possivelmente foram fatores decisivos na gênese da experiência religiosa, mas o traço definidor da maior parte das religiões primitivas encontra-se em sua concepção "animista" do mundo, que considera todos os elementos da natureza dotados de um princípio vital. Portanto, para se congregar com os fenômenos naturais, evitar ser submetido a seus rigores e obter seus benefícios, o homem sentiu-se inclinado a render-lhes culto. Variantes do animismo seriam o fetichismo, nome inicialmente dado pelos portugueses à religião dos negros da África ocidental, que se baseava na adoração a determinados objetos dotados de poderes sobrenaturais, e o totemismo, definido pela relação entre uma coletividade e um elemento da natureza — animal, árvore etc. — que a comunidade considera seu protetor e ao qual rende culto.

O caráter primitivo dessas manifestações religiosas não impede que algumas delas sejam praticadas ainda nos dias atuais, como é o caso, por exemplo, dos cultos afro-americanos. Mesmo incorporando elementos das mitologias indígenas e principalmente, no caso brasileiro, do cristianismo, as religiões de origem africana se mantiveram em estado de relativa pureza. Seus locais de culto existem em grande número em vários dos grandes centros urbanos brasileiros e também em outros países nos quais a afluência de escravos negros foi importante, como o Haiti e Cuba. Essas religiões devem ser cuidadosamente consideradas, porque nelas existem com freqüência concepções míticas muito elaboradas sobre a criação, a origem e o destino do homem e outras questões de transcendência religiosa universal, que mostram alto nível de reflexão simbólica. Seu primitivismo, portanto, se localizaria melhor na questão da atividade mágica, pela qual se pretende influir sobre a ordem sobrenatural por meios puramente naturais.

Capítulo II AS RELIGIÕES PRIMITIVAS

—A progressiva organização da existência humana sobre bases racionais e sua crescente compreensão da realidade física estimularam o ser humano a elaborar concepções espirituais que ultrapassassem as limitações do animismo e apresentassem uma visão mais coerente das relações entre o mundo terreno e a ordem transcendental do sobrenatural. Fruto disso foi a evolução das religiões monoteístas e politeístas e de filosofias religiosas como o panteísmo -- muito vinculado às crenças das religiões orientais -- e o deísmo, expressão das diferentes circunstâncias históricas, políticas e sociais dos povos que as criaram.

—As religiões politeístas derivam em geral de uma progressiva depuração das concepções animistas e, assim, a partir de cultos primigênicos da natureza, chegam a gerar complexos panteões divinos cuja composição e hierarquia implicam já um rigoroso exercício de discriminação conceitual acerca da estrutura e dos elementos da realidade. Com freqüência, no entanto, perduram nelas manifestações primitivas, como a magia e a adivinhação, e se nota em seus princípios certa confusão entre o divino e o meramente sobre-humano. Por isso, considera-se geralmente que as religiões monoteístas, cujas doutrinas professam uma crença num Deus único, transcendente e pessoal, representam um nível superior de abstração conceitual.

—O panteísmo é mais que nada uma doutrina filosófica que tende a identificar Deus e a natureza numa única realidade absoluta e infinita, pelo que se pode defini-lo como uma forma

de monismo espiritualista, enquanto que o deísmo admite a existência de um Deus criador único e distinto do mundo, mas considera que, uma vez terminado o ato de criação, mantém-se tão alheio a ele -- cujas leis não determina -- e aos homens, que não existe relação entre as duas ordens. Merecem menção destacada, finalmente, as religiões orientais, caracterizadas em linhas gerais pela estreita ligação entre espiritualismo e reflexão especulativa que, se em alguns casos se assemelham a tipos particulares de panteísmo, como o hinduísmo e o budismo, em outros representam fundamentalmente um sistema de filosofia moral, como o confucionismo.

—As religiões superiores se definem pela presença de uma série de elementos, alguns deles comuns aos cultos primitivos, que pertenceriam às seguintes divisões: crenças, ritos, normas de conduta e instituições. As crenças constituem, a rigor, o conjunto das respostas que uma religião determinada dá às interrogações básicas de toda experiência religiosa — criação, existência de um ser superior, origem do homem e vida depois da morte — e se articulam em narrações mitológicas e simbólicas ou de expressões dogmáticas nascidas da revelação divina.

Os ritos atendem à necessidade inerente ao homem de manifestar sua fé e respeito a Deus em forma de práticas e atos sagrados, enquanto que as normas de conduta representam a cristalização dos conteúdos éticos subjacentes a cada sistema de princípios e crenças, e regulam as relações dos homens com Deus e com seus semelhantes. Quase todas as religiões dão origem a doutrinas e a instituições culturais, o que, de alguma forma, corresponde à instância social da religião, do mesmo modo que a fé -- ou a dúvida -- revela seu aspecto interno e existencial. O ateísmo, que nega a existência de Deus, e o agnosticismo, que não se pronuncia a esse respeito, não constituem necessariamente negações da experiência religiosa, mas de sua necessária correlação com a existência de uma entidade transcendente.||²

Animismo

O deus sol, a divindade lunar, o trovão, a montanha sagrada, os espíritos da água, do fogo, do vento... A crença de que fenômenos e forças da natureza são capazes de intervir nos assuntos humanos constitui o fundamento de todas as idéias religiosas consideradas animistas.

A teoria animista. Em sentido mais técnico, conhece-se por esse nome a teoria formulada pelo antropólogo inglês Sir Edward B. Tylor em sua obra *Primitive Culture* (1871; A cultura primitiva). O animismo, segundo essa teoria, é a primeira grande etapa da evolução do pensamento religioso, que indefectivelmente continua pelo politeísmo até culminar no monoteísmo. Para Tylor, a origem da noção de alma está nas experiências do adormecimento, da doença, da morte e, sobretudo, dos sonhos, que levam a imaginar a existência de um "duplo" insubstancial do corpo. Esse princípio da vida e do pensamento pode atuar com independência e até sobreviver ao corpo depois de sua morte. A crença em que a alma perdura explica o culto aos mortos e aos antepassados.

Mais tarde, por analogia com os seres humanos, começa-se a considerar dotados de alma os animais e as plantas. Desde o momento em que, dando um passo além, se alcança a concepção de espíritos independentes que podem encarnar-se nos mais diversos objetos, aparece o fetichismo e, com ele, o culto à natureza, isto é, a rios, árvores, fenômenos atmosféricos etc. Quando se chega a venerar um só deus dos rios, outro das árvores etc., alcança-se a etapa politeísta, própria dos povos "semicivilizados", em que são cultuadas personificações das forças da natureza, das quais dependem a prosperidade e até a sobrevivência do grupo.

Por fim, a transição para o monoteísmo pode produzir-se de vários modos; o mais simples deles é atribuir a supremacia a um dos deuses, diante do qual os outros acabam empalidecendo.

² Enciclopédia Barsa, art. "Religiões", Temopédia.

Críticas e vigência da teoria. Por sua clareza, sugestibilidade e grande simplicidade evolutiva, a obra de Tylor exerceu grande influência. Contudo, os estudos posteriores abalaram quase todas as suas teses. Em primeiro lugar, não se pode afirmar hoje que todas as religiões se tenham constituído seguindo a pauta que ele propõe. E mais: existem comunidades arcaicas em que surge a crença num ser supremo sem que tenha havido a fase do animismo. Também não é certo que o fetichismo esteja sempre ligado ao animismo; muitas vezes, aparece unido à magia. Por outro lado, existem crenças segundo as quais os homens possuem não só uma, mas várias almas, fenômeno em que Tylor nunca reparou. Isso sem mencionar a objeção prévia da inexistência de um procedimento certo que permita conhecer as primeiras crenças dos homens.

Apesar de tudo, reconhece-se na teoria de Tylor o grande valor de ter mostrado a conexão entre o animismo e o culto aos mortos, o xamanismo etc., e sobretudo de ter iniciado uma forma de abordar as crenças dos povos primitivos, as quais ele viu como uma tentativa de racionalizar a experiência, e não como manifestações de uma mentalidade pré-lógica ou como meras representações simbólicas da ordem social.

Antropomorfismo

Tão antigo quanto o homem e sua criatividade, o antropomorfismo está na história de todas as religiões, das artes e das técnicas, revelando em tudo o que o homem cria o reflexo dele próprio, parcial ou totalmente identificado.

Antropomorfismo é a tendência a atribuir ou imprimir propriedades e feições humanas a seres, obras, objetos imaginados ou criados pelo homem. Pode-se dizer que esse ou aquele animal ostenta, ou adquiriu, aparência humana, mas não se poderá dizer, corretamente, que é antropomórfico. Antropomórficos são com toda certeza muitos deuses -- senão todos --, fetiches, imagens, esculturas, representações literárias, casas, veículos e outras máquinas.

Em sentido estrito, antropomorfismo é questão importante nas teologias judaica e cristã, pelo freqüente uso bíblico de representações antropomórficas de Deus (a mão de Deus, o dedo de Deus, a sabedoria divina, sua ira, suas paixões -- especialmente no Velho Testamento): para os principais exegetas, com o fim de tornar a divindade mais acessível a seus adoradores. Curiosamente as traduções gregas, de influência filosófica e racionalista, substituíram muitas dessas passagens por perífrases. O antropomorfismo se mostra indissociável do próprio comportamento religioso, como de tudo aquilo em que o homem se afirma e se projeta.

Fetichismo

O conceito de fetichismo ficou inicialmente restrito ao campo da antropologia, mas foi depois utilizado pela psicologia, principalmente por Freud, e pela sociologia, sobretudo por Marx.

Fetichismo é a atribuição simbólica, a pessoas, partes do corpo ou coisas, de propriedades ou características que emanam de outros objetos ou indivíduos.

Conceito antropológico. Em antropologia, o conceito de fetichismo descreve os sistemas de crenças, de índole geralmente animista, que atribuem a determinados objetos propriedades mágicas ou divinas, ou que consideram esses mesmos objetos representações ou transposições de um ser superior, de cujas características seriam possuidores.

Esse fetichismo animista, muito comum em algumas religiões primitivas da África e de crenças afro-americanas do Caribe e da América do Sul, representa a aceitação de uma manifestação primária do sobrenatural no natural. Tal manifestação tem um caráter de presença, que exige reverência, adoração, gratidão e oferendas, e também um caráter ativo, de forma que o objeto representante da divindade pode intervir na natureza para conceder graças ou bens e administrar castigos e vinganças.

Em cultos como o vodu, que integrou elementos litúrgicos muito distintos, mas sobretudo católicos, as crenças fetichistas se transferiram também para esses elementos e dotaram-nos de poderes mágicos.

Perspectiva psicopatológica. Por analogia, foi cunhada a expressão fetichismo erótico para definir a tendência de um indivíduo a sentir atração sexual por uma parte especial ou particularidade do corpo, ou por algum objeto a ele associado. Em psicopatologia, fetichismo refere-se à atribuição de significado erótico a roupas e objetos que, em si mesmos, não carregam tal significado. No fetichismo erótico, esses objetos perdem o papel acessório que têm na atividade sexual para se converter em pontos focais dela.

O fetichismo, considerado como desvio sexual, também aparece como ingrediente de outros comportamentos sexuais de caráter mais complexo, como as práticas sadomasoquistas. Nesse tipo de desvio, a atividade sexual se cerca de rituais em que intervêm objetos que atuam como estimulantes eróticos, com uma carga de significado específico.

Fetichismo cultural. Fala-se igualmente de um fetichismo cultural, vinculado não a fenômenos religiosos ou a comportamentos de caráter psicopatológico, mas a um valor atribuído a objetos, em determinados meios culturais. Alguns sociólogos consideram que as relações socioeconômicas nas sociedades avançadas criam uma cultura fetichista, pela qual a posse de certos objetos confere uma valorização pessoal especial ao indivíduo. A sociedade de consumo tenderia assim a produzir desvios sociais e a provocar o abandono de objetivos vitais básicos, pela adoção de estereótipos dos grupos sociais privilegiados, como automóveis, iates, alimentos exóticos e caros etc. Marx utiliza o conceito de fetiche no sentido original de "feitiço", para referir-se ao duplo aspecto - econômico e ideológico - que a mercadoria assume na sociedade capitalista.

Outra importante manifestação do comportamento fetichista são certos movimentos juvenis espontâneos, em torno de fenômenos como a música moderna, a moda na indumentária etc., os quais às vezes adquirem um valor "transcendente" e acabam por desempenhar, além de suas funções imediatas, o papel de elementos de identificação com o grupo, de afirmação dos próprios valores ou de rebeldia ante a ordem estabelecida.

Totemismo

Fenômeno comum a inúmeras sociedades tribais, o totemismo entusiasmou cientistas sociais do começo do século XX como uma das vias de explicação da origem das estruturas sociais e psicológicas da humanidade.

Totemismo é um conjunto de idéias e práticas baseadas na crença da existência de um parentesco místico entre seres humanos e objetos naturais, como animais e plantas. O conceito refere-se a uma ampla variedade de relações de ordem ideológica, mística, emocional, genealógica e de veneração entre grupos sociais ou indivíduos específicos e animais ou outros objetos naturais, que constituem o totem. O termo deriva da palavra ototeman, do idioma dos índios algonquinos, do leste dos Estados Unidos. A raiz gramatical ote indica uma relação de sangue entre irmãos e irmãs, filhos da mesma mãe, que não podem se casar entre si.

De início os antropólogos restringiram a designação totemismo à associação de um grupo de pessoas com o objeto totem. Um totem não poderia se confundir com um animal ligado a uma única pessoa, seja como espírito guardião, animal familiar ou fonte de poder sobrenatural, nem com manifestações casuais, como a transformação de um homem em lobisomem ou a "posse" de um xamã por um espírito animal, "donos" sobrenaturais de animais. No final do século XX, porém, a expressão totemismo individual tem sido aplicada a muitos desses fenômenos.

Diz-se que há totemismo numa sociedade se esta for dividida num número identificável e aparentemente fixo de clãs, cada um dos quais tem uma relação específica com um totem animado ou inanimado; se um membro de um desses clãs não pode normalmente passar para

outro; e se as pessoas que vivem na mesma localidade pertencem a diferentes clãs totêmicos. Um totem pode ser um animal temido, imitado ou perigoso, uma planta comestível ou qualquer alimento básico. Geralmente ligado à moralidade institucional, o totem é quase invariavelmente impregnado de tabus de evitação ou de contato rigidamente ritualizado.

A inserção num grupo totêmico, que é, num certo sentido, hereditária e perpétua, regula as relações da criança com seus parentes de sangue e designa as famílias que podem oferecer parceiros aceitáveis para a procriação. Totem, tabu e exogamia (o casamento fora do grupo) estão inextricavelmente entrelaçados. Nenhuma sociedade conhecida atende a todos os critérios do totemismo ideal, mas em muitos grupos os fenômenos característicos estão presentes em número suficiente para garantir a designação de totêmicos.

Há muitas teorias e hipóteses relacionadas ao totemismo. A primeira foi proposta pelo etnólogo escocês John Ferguson McLennan, que buscou entender o totemismo numa perspectiva ampla. Em *The Worship of Animals and Plants* (1869; O culto de animais e plantas), McLennan não tentou explicar a origem específica do fenômeno do totemismo, mas sim indicar que toda a raça humana passou pelo estágio totêmico num momento remoto de sua evolução. O primeiro trabalho abrangente sobre o assunto, porém, foi *Totemism and Exogamy* (1910; Totemismo e exogamia), do britânico Sir James Frazer.

No período de grande florescimento da sociologia e antropologia cultural, nas primeiras décadas do século XX, o totemismo atraiu muita atenção. Uma das mais intensas discussões foi sobre a ligação entre totemismo e religião, negada por alguns, como o americano Alexander Goldenweiser, e afirmada por outros, como o francês Émile Durkheim. Em 1916, o americano Franz Boas afirmou que o totemismo era uma unidade "artificial", só existente no pensamento dos etnólogos. Essa opinião foi partilhada pelo britânico Radcliffe-Brown. O crítico mais incisivo do totemismo, que negou até mesmo a realidade do fenômeno, foi Claude Lévi-Strauss. Em *Le Totémisme aujourd'hui* (1963; O totemismo hoje), ele concluiu que o totemismo não passa de uma expressão simbólica, que permite ao indivíduo um melhor entendimento da realidade social e da diferenciação de clãs e papéis.

Xamanismo

A mais pura expressão do xamanismo se encontra entre povos do Ártico e da Ásia central, mas o fenômeno aparece também no Sudeste Asiático, na Oceania e mesmo entre povos indígenas da América do Norte.

Xamanismo é uma experiência mística própria de religiões primitivas, centrada na pessoa do xamã, que se acredita capaz de curar e de se comunicar com os espíritos. Aparece em algumas religiões como ideologia principal e em outras como fenômeno suplementar. Seus poderes se devem à técnica do êxtase, que domina, e que consiste em poder abandonar o corpo quando em estado de transe.

O xamã exerce as funções de curandeiro, sacerdote e condutor de almas. Os povos que admitem o xamanismo acreditam que a doença é provocada pela perda da alma. Assim, o xamã deve de início descobrir onde se encontra a alma perdida ou seqüestrada por algum espírito do mal. Empreende, em seguida, uma difícil e perigosa viagem ao outro mundo para resgatar a alma e devolvê-la, saudável, ao corpo do enfermo.

O indivíduo pode se tornar xamã por decisão própria ou por escolha da comunidade — o que é raro — por hereditariedade ou por vocação espontânea. O escolhido é preparado por um mestre que não lhe ensina a técnica do êxtase, a genealogia e a mitologia da tribo, os nomes e as funções dos espíritos, os meios de cura, o domínio do fogo e o tratamento que deve dispensar aos deuses, aos demônios, às almas dos mortos e aos espíritos da natureza. Em geral, o xamanismo participa das religiões de povos que têm na caça a base de sua economia e acreditam na existência da alma da natureza e de animais, assim como na sobrevivência dos espíritos dos antepassados.

Magia

Incluem-se entre os fenômenos mágicos uma ampla variedade de práticas e crenças rituais, que constituem o núcleo de vários sistemas religiosos, atos de exorcismo e mesmo prestidigitação com fins de entretenimento. No primeiro sentido, a magia se entende como fenômeno social e cultural, presente em todas as civilizações, em algumas das quais convive com o pensamento crítico da era científica e tecnológica.

Magia é essencialmente um conjunto de representações ou atividades rituais supostamente capazes de influenciar os atos humanos ou o curso dos acontecimentos, por ação de forças místicas transcendentais. O animismo, ou seja, a convicção de que não existem diferenças essenciais entre seres animados e inanimados, costuma estar na base do pensamento mágico. As práticas mágicas incluem, assim, o uso de objetos especiais e a recitação de fórmulas mágicas. A natureza da magia, bem como sua função social e psicológica, é freqüentemente mal compreendida em virtude das múltiplas formas que ela assume e de sua relação com outros comportamentos religiosos. As incertezas decorrem em grande parte das idéias sobre evolução cultural e histórica do século XIX, que distinguem a magia de outros fenômenos religiosos e identificam-na com sociedades arcaicas e primitivas, ou como simples superstição sem significado cultural.

Em virtude dessa concepção, a magia foi tida como diversa de outros ritos e crenças religiosas. Sua semelhança e conexão essencial com eles -- uma vez que tanto as religiões organizadas quanto as crenças mágicas apelam para a influência das forças místicas externas sobre a existência humana -- passaram, portanto, despercebidas. Para dificultar a compreensão da magia, disseminou-se a idéia segundo a qual os atos mágicos carecem da natureza intrinsecamente espiritual própria dos atos religiosos, pois se fundamentam muito mais na manipulação externa do que na oração e constituem, portanto, um tipo mais simples e inferior de religiosidade.

Desse ponto de vista, existe uma diferença relevante entre magia e religião: enquanto esta se associa ao relacionamento entre os homens e as forças espirituais, em que o compromisso pessoal é básico, o procedimento mágico é visto principalmente como um ato técnico, em que o vínculo pessoal não é tão importante ou está ausente, embora a força que está por trás dos atos mágicos e religiosos seja a mesma.

A magia é freqüentemente confundida com a feitiçaria, especialmente na história das religiões européias. Os antropólogos modernos, no entanto, distinguem entre magia, que é a manipulação de poderes externos por meios mecânicos ou comportamentais para afetar outras pessoas, e feitiçaria, qualidade inerente ao indivíduo que apresenta, no entanto, os mesmos objetivos.

A adivinhação, ou capacidade de entender os agentes místicos que afetam os indivíduos e o curso dos acontecimentos, difere da magia porque seu objetivo não é interferir nos acontecimentos, mas compreendê-los. O poder místico dos adivinhos e o poder que governa as forças mágicas são, no entanto, de mesma espécie.

História. A magia, em suas diferentes formas, parece integrar todos os sistemas religiosos conhecidos. O conhecimento sobre a magia pré-histórica é limitado, em função da falta de dados confiáveis. Muitas pinturas e gravações em cavernas são tidas como representações de figuras entregues à prática da magia orientada para favorecer a caça e as atividades do feitiçeiro. As informações sobre os fenômenos mágicos das antigas culturas orientais, greco-romanas, cristãs européias e das sociedades primitivas contemporâneas são muito mais completas.

A maioria dos relatos sobre a cultura mesopotâmica e a egípcia chama de magia, ou formas de pensamento mágico ou mitopoético (relativo à criação dos mitos) todos os rituais registrados. Os faraós do Egito, por exemplo, reis divinizados, eram por isso mesmo venerados

e tidos como capazes de controlar a natureza e a fertilidade. Seus poderes como mágicos, no entender dos estudiosos, eram expressão da onipotência real.

Na Roma antiga, muita importância foi dada à feitiçaria. Esse fenômeno parece ter resultado do desenvolvimento de novas classes urbanas, cujos membros dependiam de seus próprios esforços, tanto em termos materiais como mágicos, para derrotar os adversários e alcançar o sucesso. Há registro de fórmulas mágicas na cultura romana para obter sucesso no amor, nos negócios, nos jogos e também proferir discursos persuasivos.

Há muitos registros históricos da Idade Média e de períodos posteriores sobre a magia. Conforme se sabe a partir de estudos históricos e antropológicos recentes sobre feitiçaria, magia e sincretismo religioso, a magia é especialmente dominante em períodos de rápida mudança e mobilidade social, quando novas relações e conflitos pessoais assumem importância maior do que as relações familiares tradicionais, típicas de tempos de estabilidade. A Europa parece não ter sido exceção, especialmente quando a igreja, lutando para assegurar sua hegemonia, dirigiu acusações de prática de magia contra seus adversários.

Um dos aspectos mais conhecidos da magia européia, divulgado e combatido pela Igreja Católica, é a prática herética de fazer pactos com os espíritos malévolos. Característico da história da magia européia foi também o uso que se fez dela como parte da tradição hermética. Seguidores dessa tradição, mais identificada na verdade com a alquimia que com a magia, eram às vezes considerados magos diabólicos, cujos conhecimentos proviriam de um pacto com o demônio. A sociedade tolerava a maioria deles, no entanto, porque suas práticas, embora estranhas, eram tidas como parte da tradição hermética judaica e cristã.

Grande parte do que se sabe sobre a magia nas sociedades ágrafas contemporâneas deriva de relatos antropológicos feitos por pessoas do mundo não-ocidental que acreditam na magia. Foram feitas descrições detalhadas, por exemplo, sobre as sociedades da Oceania e da África e de muitas sociedades muçulmanas em que persistem crenças pré-islâmicas, como na Malásia e na Indonésia. Esses relatos, porém, raramente distinguem magia de feitiçaria e adivinhação, encontradas em praticamente todas as sociedades orientais conhecidas.

Estrutura e funções. As pessoas podem executar atos mágicos sozinhas ou procurar os préstimos de um mago, alguém que sabe como executar os procedimentos rituais e pode ser recompensado por isso. Segundo se acredita, essa habilidade pode ser transmitida por herança, comprada por outros magos, ou ainda inventada pelo mago para ser executada por ele mesmo. Os magos podem ser consultados para fins nefastos, para proteger um cliente da magia prejudicial feita por terceiros ou por razões puramente benévolas. O caráter moralmente neutro da magia parece universal, embora, em qualquer sociedade, se discuta seu emprego para fins benignos ou malignos.

Há normalmente três elementos principais na magia: a fórmula mágica, o ritual e a condição ritual do executante. Os objetos rituais se incluem entre as fórmulas mágicas. Essa distinção foi feita pioneiramente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski em seus estudos sobre os habitantes das ilhas Trobriand, na Melanésia. Frequentemente as fórmulas mágicas empregam vocabulário arcaico ou esotérico. Entre os habitantes das ilhas Trobriand, a fórmula é especialmente importante: usar as palavras certas, da maneira certa, é considerado essencial para a eficácia do ritual. Para os maori, da Nova Zelândia, esse elemento é tão importante que um erro na recitação da fórmula pode levar à morte do mago.

Bastante difundido é também o uso de objetos materiais, de natureza muito variada. Em alguns casos, os elementos que visam a causar dano são realmente venenosos, mas em geral não provocam efeitos práticos, apenas os representam. É uma prática comum entre os magos, por exemplo, tentar prejudicar uma pessoa destruindo algum elemento de seu corpo (como aparas de unhas e cabelos) ou algo que tenha estado em contato com ela (uma roupa ou outro objeto pessoal).

O significado do rito mágico quase nunca é percebido por aqueles que acreditam que a magia difere essencialmente da religião. Parece universal, porém, que a magia seja praticada apenas em situações rituais formais e cuidadosamente definidas. O rito pode ser simbólico, como ocorre com o ato de borrifar o solo com água para fazer chover, ou com a ação de destruir uma imagem em cera para prejudicar uma pessoa. Tanto o mago quanto o rito devem observar certos tabus. Ao mago são impostas restrições alimentares e sexuais e a não-observação desses cuidados anula a magia. O respeito às interdições indica aos demais a importância do rito e dos objetivos desejados.

São muitas as funções da magia, mas há dois aspectos principais: o instrumental e o expressivo. Uma característica básica dos ritos e crenças mágicas é que os praticantes acreditam que eles são instrumentais, ou seja, eficientes, projetados para alcançar certas finalidades na natureza ou no comportamento de pessoas. O aspecto simbólico ou expressivo está sempre presente e é por causa dele que a magia pode ser melhor compreendida como parte de um sistema religioso.

Cultos Afro-brasileiros

O culto afro-brasileiro acompanha, sob as várias formas que suas diferentes origens determinaram, quase toda a história do Brasil. Com a proibição de práticas religiosas pelos senhores e o conseqüente sincretismo dos deuses dos escravos com os santos católicos, cresceu a complexidade do fenômeno.

O I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife em 1934 por iniciativa de Gilberto Freire, permitiu um primeiro levantamento sistematizado da influência negra no Brasil. Em vista das origens diversas dos escravos e do sincretismo entre os próprios grupos negros que aqui se formaram, sempre foi tarefa muito complexa uma geografia e uma sociografia dos cultos afro-brasileiros. Esse problema cresceu ainda mais com a disseminação desses cultos nos grandes centros urbanos, o que propiciou o aparecimento de novas formas de sincretismo, também com o espiritismo kardecista.

Em 1941 realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso de Espiritismo de Umbanda. A partir de 1950, acelerou-se o crescimento do número de adeptos e de terreiros dos cultos afro-brasileiros. A Congregação Espírita Umbandista do Brasil (1950), a União Nacional de Cultos Afro-Brasileiros (1952) e outras instituições nacionais e regionais coordenam e defendem os interesses de seus fiéis. Inicialmente restritos aos escravos e seus descendentes, os cultos afro-brasileiros, especialmente a umbanda, ganharam adeptos da classe média urbana.

O candomblé das diversas "nações" africanas é a religião afro-brasileira que mais fielmente preserva as tradições dos antepassados e a menos permeável às transformações sincréticas, embora cultue secundariamente entidades assimiladas, como os caboclos e os pretos velhos. Predomina na Bahia e tem muitos seguidores no Rio de Janeiro. A umbanda é francamente sincrética com o cristianismo e o espiritismo kardecista. Os subúrbios do Rio de Janeiro possuem grande quantidade de terreiros ou barracões de umbanda. O culto afro-brasileiro toma o nome de pajelança na Amazônia, babacuê no Pará, tambor-de-mina no Maranhão, xangô em Alagoas, Pernambuco e Paraíba e batuque no Rio Grande do Sul.

Candomblé. Paradigma dos cultos de origem africana em todo o país, o ritual do candomblé pode ser considerado, do ponto de vista musical, um oratório dançado. Cada entidade -- orixá, exu ou erê -- tem suas cantigas e suas danças específicas. O canto é puxado, em solo, pelo pai ou mãe-de-santo e é seguido por um coro em uníssono, formado pelos filhos-de-santo. Nas melodias mais antigas a escala é pentatônica. Não há funções tonais nem cadenciais, acordes dissonantes ou artificiais. Da cerimônia participam três instrumentos básicos: os atabaques, o agogô e o piano-de -cuia (aguê); a estes se acrescentam um adjá (no candomblé das nações do grupo jeje-nagô) e um caxixi (nos ritos do grupo angola-congo).

Tal como se encontra na Bahia, esse candomblé, que pode ser considerado mais ou menos ortodoxo, na realidade já se apresenta como um resumo de várias religiões trazidas pelos negros da África e incorpora ainda elementos ameríndios, do catolicismo popular e do espiritismo.

Xangô. Ainda que com características próprias, o xangô é a versão local, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas, do candomblé baiano. Xangô é também a denominação, em língua africana, do orixá jeje-nagô das tempestades, raios e trovões, cultuados em vários estados do Brasil. O ritmo do xangô é fortemente marcado por instrumentos percussivos. A dança se caracteriza pelo aspecto guerreiro, com os braços em ângulo reto e as mãos viradas para cima.

Tambor-de-mina. Manifestação própria do Maranhão, cuja procedência é o ritual angola-congo do candomblé, mesclado a outras sobrevivências litúrgicas, o tambor-de-mina ou tambor-de-crioulo caracteriza-se por uma série de cantos acompanhados por três tambores, uma cabaça e um triângulo de ferro.

Candomblé-de-caboclo. Manifestação própria da cidade de Salvador e municípios vizinhos, na Bahia, o candomblé-de-caboclo é uma espécie de candomblé nacionalizado, que toma por base a ortodoxia do candomblé jeje-nagô. Trata-se de exemplo nítido do sincretismo religioso popular no Brasil. Registram-se nele influências indígenas e mestiças, resumindo-se os hinos especiais de cada encantado ou caboclo, cantados em português, a uma declaração de seus poderes sobrenaturais.

Babaçuê. Versão local, em Belém PA, do rito jeje-nagô do candomblé baiano, o babaçuê se assemelha em muitos pontos ao candomblé-de-caboclo. Canta-se e dança-se ao ritmo de três abadãs (tambores), um xequeré (cabaça) e um xeque (chocalho de folha-de-flandres). Os hinos denominam-se doutrinas e podem ser cantados em língua africana ou em português, segundo os espíritos com que se relacionam. Uma variedade desse rito, o batuque, tem suplantado o babaçuê nos dias atuais.

Umbanda. Religião sincrética própria do estado do Rio de Janeiro, a umbanda é praticada em terreiros encabeçados por um pai ou mãe-de-santo, que preside às cerimônias, auxiliado por um cambono (acólito). Os cânticos denominam-se pontos e, como no candomblé, têm a função de chamar o santo, que se incorpora nos filhos-de-santo, ou cavalos. Correspondentes às nações do candomblé, as linhas de umbanda são diversas: linha do Congo, linha do Cabinda, linha da Costa. Como no candomblé, os orixás se comunicam diretamente com as pessoas em poucas oportunidades; preferem fazê-lo por intermédio de entidades intermediárias, os pretos velhos.

Pajelança. No caso da pajelança (Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão), o elemento gerador é genuinamente ameríndio. As curas são levadas a efeito pelos pajés, verdadeiros xamãs indígenas. O instrumento básico de pajelança é o maracá, instrumento sagrado do pajé. As cerimônias acompanham-se sempre de cantos e danças para divertir os espíritos. Os cantos são melodias folclóricas conhecidas; as danças, exercícios mímicos, com rugidos e uivos imitativos dos animais invocados. Há inúmeras diferenças rituais entre uma pajelança e outra, sendo mais característica entre as rurais a pureza dos traços ameríndios, enquanto nas urbanas se registra uma mescla de elementos afróides, do catimbó, do espiritismo e do baixo catolicismo.

Uma versão da pajelança amazônica é a encanteria ou encantaria piauiense, fortemente aculturada com o catolicismo popular. Na encantaria, os crentes repetem várias vezes certa quadra rogatória de purificação, após o que o pai-de-santo dança em volta da guna (forquilha central da sala), no centro de um círculo formado por todos os dançantes, que giram sobre si mesmos da direita para a esquerda, em torno do mestre, que entoia cantos (aié) para que algum moço (espírito) se aposses de seu aparelho (filho ou filha-de-santo) e cante sua doutrina, dançando em transe.

Catimbó. A origem do catimbó, cuja prática pode ser encontrada em todo o Nordeste, parece ser a magia branca européia, chegada via Portugal, aculturada com elementos negros,

ameríndios, do espiritismo e do baixo catolicismo. Nele se registram cantos de linhas, mas sem nenhum instrumento musical nem bailado votivo.

Vodu

Entre as manifestações religiosas da tradição afro-americana -- macumba, candomblé e outros --, o vodu do Haiti transcendeu os círculos em que se desenvolve, uma vez que é explorado como recurso turístico naquele país antilhano.

O vodu é um culto religioso popular de caráter sincrético. Incorpora aspectos do ritual católico-romano, datados da colonização francesa e originados de uma interpretação anômala dos ensinamentos derivados de um batismo muitas vezes imposto, assim como elementos religiosos e mágicos africanos trazidos pelos escravos das etnias ioruba, fon e outras. O termo deriva de vodun, "deus" ou "espírito" na língua dos fons. O culto tornou-se espécie de religião oficial da comunidade camponesa do Haiti.

Embora os praticantes do vodu professem a crença num distante Deus supremo, as divindades efetivas são grande número de espíritos denominados loa, que podem ser aparentados a santos católicos, ancestrais deificados ou deuses africanos. Muitos adeptos urbanos acreditam que os loas podem ser benévolos, os loas Rada, os quais se ligam aos indivíduos ou famílias como anjos da guarda, guias e protetores, ou mesmo malévolos, os loas Petro. Essas divindades comunicam-se com os fiéis por meio de sonhos ou deles tomam posse durante cerimônias rituais. A presença do espírito é revelada por um estado de transe numa dança estilizada ou por certas características especiais. Cada grupo de praticantes tem seu local para realizar as cerimônias, que envolvem cantos, toque de tambores, danças, preces, preparo de alimentos e o sacrifício ritual de animais. O santuário ou houmfo é presidido por um hougan, celebrante masculino, ou mambo, sacerdotisa, que age como conselheiro, curandeiro e protetor.

Com o tempo, o vodu perdeu seus traços ancestrais e adotou caráter nacional, com a criação de formas típicas haitianas. Durante décadas a Igreja Católica condenou o vodu no Haiti, mas como essa crença se tornou a religião principal da maioria da população, no final do século XX os católicos resignaram-se à convivência com o culto.

Capítulo III AS RELIGIÕES POLITEÍSTAS

Antigas religiões politeístas

—Excetuadas as religiões animistas primitivas próprias dos povos americanos pré-colombianos e dos povos africanos, destacam-se, por sua importância e complexidade, três grandes tradições politeístas surgidas em diferentes regiões geográficas: as antigas religiões do Oriente Médio, entre as quais se inclui a egípcia; a religião greco-romana, devedora das anteriores em algumas de suas características; e as religiões dos povos do leste e do norte da Europa.||³

Religiões do Oriente Médio e Egito

A região da Mesopotâmia, que viu o nascimento das primeiras civilizações, foi também o berço de sistemas religiosos de origem extremamente remota que, com variantes diversas, se transmitiram dos sumérios a acádios e assírios, determinando decisivamente a cultura e a organização política e social desses povos. Pelo que se depreende de textos como o ciclo de Gilgamesh, objeto de sucessivas redações, o panteão mesopotâmico já se encontrava dominado, por volta do terceiro milênio anterior à era cristã, por figuras derivadas dos

³ Enciclopédia Barsa, art. "Religiões", Temopédia.

primitivos cultos da natureza, como Anu (chamado Anum pelos acádios), deus do céu e das estações; e Enlil, senhor da colheita e dos ventos.

As religiões mesopotâmicas espelhavam uma visão fatalista da existência, segundo a qual só os deuses gozavam da plena imortalidade, enquanto os seres humanos vagavam depois da morte, sob a forma de espíritos desencarnados, pelo sombrio mundo interior. Os homens, portanto, deviam entregar-se plenamente ao serviço dos deuses, donos absolutos de seu destino, com o objetivo de conquistar sua proteção em vida e aspirar ao menos à efêmera sobrevivência da fama. A sociedade apresentava traços acentuadamente teocráticos: o rei era considerado representante dos deuses – algumas vezes chegava a ser divinizado – e os ritos se encontravam nas mãos de uma poderosa casta sacerdotal que praticava a magia e a adivinhação. As religiões da Síria e da Palestina, como outras do Oriente Médio, foram influenciadas pelas crenças mesopotâmicas.

Não menos teocrática e marcada pela subordinação da ordem terrestre à ordem sobrenatural foi a religião egípcia, que considerava o faraó como encarnação da divindade e dava especial atenção aos ritos funerários, que tinham o objetivo de superar os riscos de condenação no julgamento dos deuses e alcançar a imortalidade. Essas concepções variaram muito nos três mil anos de existência da religião egípcia e, devido à predominância temporal de castas sacerdotais de diversas regiões do país, o panteão foi dominado, em épocas sucessivas, por figuras como a do deus solar Rá; por Osíris, senhor e juiz dos mortos; e Amon-Rá, fruto da identificação de um deus local tebano com a antiga deidade solar. Os grandes rituais e a entrada nos templos estavam reservados aos sacerdotes e à nobreza, enquanto a religiosidade popular manifestava-se num emaranhado de crenças e temores supersticiosos sobre a vida presente e extraterrena. A arte e a literatura egípcias foram veículos privilegiados dessas crenças religiosas, cuja tardia fusão com elementos helenísticos deu origem a complexos cultos misteriosos de caráter salvacionista.

Lugar singular ocupa entre as religiões do Oriente Médio o zoroastrismo persa, formulado por Zoroastro por volta do século VI a.C.

Zoroastrismo

Dois princípios supremos, o bem e o mal, caracterizavam o zoroastrismo. Substituído pelo islamismo, o zoroastrismo reduziu-se a grupos de guebros no Irã e de parses na Índia, mas deixou traços nas principais religiões, como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.

Zoroastrismo é um antigo sistema religioso-filosófico que repousa no postulado básico de uma contradição dualista, a do bem e do mal, inerente a todos os elementos do universo. Os pressupostos do sistema foram estabelecidos por Zoroastro, ou Zaratustra, que, nascido na Pérsia no século VI a.C., que parece ter sido um reformador do masdeísmo ou mazdeísmo, antiga religião da Média. A doutrina de Zoroastro foi transmitida oralmente e recolhida nos gathas, os cânticos do Avesta, conjunto de livros sagrados da religião.

As reformas de Zoroastro não podem ser entendidas fora de seu contexto social. A sociedade dividia-se em três classes: a dos chefes e sacerdotes, a dos guerreiros e a dos criadores de gado. Essa estrutura se refletia na religião, e determinadas deidades (daivas), estavam associadas a cada uma das classes. Ao que parece os ahuras (senhores), que incluíam Mitra e Varuna, só tinham relação com a primeira classe. Os servos, mercadores, pastores e camponeses eram considerados insignificantes demais para ser mencionados nas crônicas e estelas, embora tivessem seus próprios deuses.

O zoroastrismo prescreve a fé em um deus único, Ahura Mazda, o Senhor Sábio, a quem se credita o papel de criador e guia absoluto do universo. Dessa divindade suprema emana seis espíritos, os Amesas Spenta (Imortais Sagrados), que auxiliam Ahura Mazda na realização de seus desígnios: Vohu-Mano (Espírito do Bem), Asa-Vahista (Retidão Suprema), Khsathra Varya (Governo Ideal), Spenta Armaiti (Piedade Sagrada), Haurvatat (Perfeição) e Ameretat

(Imortalidade). Juntos, Ahura Mazda e esses entes travam luta permanente contra o princípio do mal, Angra Mainyu (ou Ahriman), por sua vez acompanhado de entidades demoníacas: o mau pensamento; a mentira, a rebelião, o mau governo, a doença e a morte.

Como fruto dessa noção, há no zoroastrismo uma série de exortações e interdições destinadas a dirigir a conduta dos homens, para reprimir os maus impulsos. Através do combate cotidiano a Angra Mainyu e sua coorte (que se manifestam, por exemplo, nos animais de presa, nos ladrões, nas plantas venenosas etc.), o indivíduo torna-se merecedor das recompensas divinas, embora tenha liberdade para decidir-se pelo mal, caso em que será punido após a morte. Enquanto religião, o zoroastrismo reduziu sensivelmente a importância de certos rituais indo-arianos, repelindo alguns elementos cerimoniais correntes no Irã, como as bebidas estimulantes e os sacrifícios sangrentos.

Após a adoção oficial do zoroastrismo pelos aquemênidas, no reinado de Dario I, redigiu-se o Avesta ou Zend-Avesta, livro sagrado no qual – na parte denominada gathas, hinos metrificados em língua arcaica – encontra-se a sistematização tardia dessa religião, que teria sido feita pelo próprio Zoroastro. Entretanto, sob os sucessores de Dario, o zoroastrismo transformou seu caráter, convertendo-se em mazdeísmo (ou masdeísmo), impregnado de crenças populares e mais complexo dos pontos de vista escatológico e ritualístico. Apesar dos pontos de contato entre o zoroastrismo clássico e o mazdeísmo aquemênida (como a purificação ritual pelo fogo), permanecem sem resposta conclusiva. Ainda se discutem entre os especialistas numerosas questões relativas à influência que a reforma de Zoroastro por certo exerceu sobre outros movimentos religiosos orientais, inclusive o judaísmo, o cristianismo e o maniqueísmo.

Religião Egípcia

É provável que em nenhuma outra civilização as crenças religiosas tenham determinado de forma tão nítida a organização social como no antigo Egito. Para os egípcios, tidos por Heródoto de os mais religiosos dos homens, a vida cotidiana era regida pelos preceitos de sua fé: o conhecimento científico, os textos literários e os majestosos templos enfatizavam a excelsa eternidade dos deuses diante da fragilidade humana.

Características gerais e evolução. A religião egípcia desenvolveu-se ao longo de cerca de três mil anos, durante os quais só de maneira tardia e tangencial recebeu influências alheias. Seu regime teocrático unia na mesma pessoa o representante dos deuses e o chefe político. Essas circunstâncias bastam para explicar, ao mesmo tempo, por que as transformações advindas com o decorrer do tempo não afetaram as concepções religiosas básicas e a tendência sincretista a unir em harmonia diferentes divindades regionais.

Na concepção dos egípcios, o mundo surgira de um caos oceânico primigênio – reflexo talvez da influência do rio Nilo em suas vidas – que ameaçava voltar a tragá-lo. Eram salvos da catástrofe pela vontade dos deuses, único elemento a garantir o equilíbrio. Assim, a religião tinha caráter marcadamente ritual, o que assegurava para seus praticantes o favor divino e a sobrevivência depois da morte.

Antigo e médio impérios. Antes da unificação do país, por volta de 3100 a.C., existiam no vale do Nilo numerosos cultos. Os deuses locais eram representados, em geral, por figuras de animais, ou combinavam formas antropomórficas e zoomórficas. Os faraós centralizavam todo o poder e eram tidos como encarnação de Hórus, o grande deus, filho de Osíris, senhor dos mortos, e da deusa Ísis. A missão dos reis divinizados era manter a ordem estabelecida pelos deuses, o maat, cujos preceitos fundamentais eram a verdade, a justiça e a paz social.

Os cultos locais, no entanto, não foram suprimidos. Na mitologia de Mênfis, por exemplo, Ptah era o deus criador; na de Heliópolis esse papel era atribuído a Atum, sincretizado com Rá, o deus-Sol. As duas divindades foram associadas e cada uma ganhou traços da outra. Essa proliferação de divindades não parecia surpreendente aos egípcios. Muitos historiadores opinam

que eles as consideravam como diversas manifestações ou aspectos da divindade primordial. A predominância de uma ou outra, pois, dependia fundamentalmente de questões políticas. Durante o Médio Império, foi Osíris a figura principal do panteão.

Novo Império. Os reis tebanos da XVIII dinastia, iniciada em 1567 a.C., impuseram seu deus Amon a todo o Egito e identificaram-no com o antigo deus solar Rá. Assim, a divindade passou a ser cultuada como Amon-Rá, —o único criador da vida|. Em meados do século XIV a.C., Amenhotep IV adotou o nome de Akenaton, trocou Amon por Aton (o disco solar) e proscreeu as divindades locais. Depois de sua morte, a casta sacerdotal restabeleceu Amon e voltou ao politeísmo oficial.

Após a conquista do Egito por Alexandre o Grande no final do século IV a.C. e da instauração da dinastia ptolomaica, a religião egípcia adotou algumas formas gregas. As civilizações helenística e romana também assimilaram cultos de origem egípcia, como o de Osíris, que, unido a elementos neoplatônicos e gnósticos, foi uma das fontes da difusão das religiões de mistérios no Mediterrâneo.

Ritos funerários. As pirâmides, os hieróglifos com fórmulas mágicas, os corpos mumificados e, sobretudo, o Livro dos mortos — que ensinava como enfrentar o julgamento de Osíris e, desde a XVIII dinastia, era enterrado com aqueles que podiam adquiri-lo — dão testemunho da preocupação central da religião egípcia. Nas instruções formuladas pelo rei Merikara lê-se: —O importante é que o homem sobrevive depois da morte e seus feitos o acompanham até o final. A existência ali embaixo é para toda a eternidade.}}

Durante o Antigo Império, só o rei era iniciado para a vida futura. Ao morrer, convertia-se em Osíris e seu filho passava a encarnar o novo Hórus, como administrador da ordem estabelecida pelos deuses. Posteriormente, os ritos funerários foram estendidos aos dignitários reais, enterrados perto do faraó, e a outras pessoas, cujos restos eram sepultados em covas.

A vida depois da morte era considerada semelhante à terrena; por esse motivo, enterravam-se com o defunto elementos de uso cotidiano, inclusive alimentos, e nas tumbas eram feitas pinturas que documentavam seus costumes. Diante da possibilidade de que sobreviessem os mesmos perigos que espreitavam a existência presente, provia-se o falecido dos amuletos e conjuros que o haviam protegido em vida.

Templos e casta sacerdotal. Considerava-se que os templos eram morada dos deuses e neles se conservavam suas estátuas. Só o rei podia apresentar oferendas ao deus principal, mas delegava essa função aos sacerdotes que cuidavam do templo. Estes, a princípio, eram funcionários que exerciam também outras tarefas administrativas. Provenientes de diferentes regiões, os sacerdotes impuseram aos poucos suas interpretações da mitologia e favoreceram o culto de seus próprios deuses.

As doações dos reis enriqueceram os principais templos com tesouros e terras, que se tornaram propriedades da divindade e se converteram em centros culturais, econômicos e políticos. Era freqüente que em um templo se venerasse um deus, sua esposa e seu filho — grupo de deidades concebido à semelhança da família egípcia — e, às vezes, algum deus —hóspede|, próprio de outra região. Os rituais eram múltiplos e observados pontualmente. Diariamente, aos primeiros raios de sol, abriam-se as portas dos templos e entoavam-se cânticos e hinos.

No que se refere às idéias cosmogônicas, os templos representavam, em pequena escala, a concepção egípcia do mundo. O santuário situava-se em geral no lugar mais alto do templo, como alusão ao monte primordial a partir do qual fora criado todo o universo; os tetos eram decorados com estrelas e as colunas, com motivos de lotos ou de plantas de papiro, como símbolo dos pântanos do caos primordial. Os rituais litúrgicos reproduziam a criação para atrair o rejuvenescimento sobre a cidade.

Religiosidade popular. Por falta de uma doutrina teológica elaborada e acessível, a religiosidade popular se caracterizava pela preocupação com o além, por temores e

superstições sobre a vida presente e a futura e por uma moral orientada para enfrentar o julgamento que sobreviria à morte.

O povo não entrava nos templos, reservados aos sacerdotes previamente purificados; não obstante, abriam-se cavidades em suas paredes para que os súditos acorressem a apresentar suas oferendas e súplicas. Nas solenidades, as estátuas dos deuses saíam em procissão e podiam ser vistas por todos.

Num lugar de destaque nas casas, eram veneradas pequenas estátuas dos antepassados ou de alguma divindade menor. A elas eram acrescentados amuletos e conjuros contra toda sorte de perigos, dos quais permaneceram abundantes restos arqueológicos.

Capítulo IV **A RELIGIÃO GRECO-ROMANA**

Por religião greco-romana entende-se fundamentalmente a religião grega, cujos deuses e conceitos principais foram assimilados por Roma em seu sistema de crenças menos elaborado.

Religião Grega

A religião grega teve uma influência tão duradoura, ampla e incisiva, que vigorou da pré-história ao século IV e muitos dos seus elementos sobreviveram nos cultos cristãos e nas tradições locais.

Complexo de crenças e práticas que constituíram as relações dos gregos antigos com seus deuses, a religião grega influenciou todo o Mediterrâneo e áreas adjacentes durante mais de um milênio. Os gregos antigos adotavam o politeísmo antropomórfico, ou seja, vários deuses, todos com formas e atributos humanos. Religião muito diversificada, acolhia entre seus fiéis desde os que alimentavam poucas esperanças em uma vida paradisíaca além túmulo, como os heróis de Homero, até os que, como Platão, acreditavam no julgamento após a morte, quando os justos seriam separados dos ímpios. Abarcava assim entre seus fiéis desde a ingênua piedade dos camponeses até as requintadas especulações dos filósofos, e tanto comportava os excessos orgiásticos do culto de Dioniso como a rigorosa ascese dos que buscavam a purificação.

Evolução histórica. No período compreendido entre as primeiras incursões dos povos helênicos de origem indo-européia na Grécia, no início do segundo milênio a. C., até o fechamento das escolas pagãs pelo imperador bizantino Justiniano, no ano 529 da era cristã, transcorreram cerca de 25 séculos de influências e transformações. Os primeiros dados existentes sobre a religião grega são as lendas homéricas, do século VIII a. C., mas é possível rastrear a evolução de crenças antecedentes.

Período arcaico. Quando os indo-europeus chegaram à Grécia, já traziam suas próprias crenças e deuses, entre eles Zeus, protetor dos clãs guerreiros e senhor dos estados atmosféricos. Também assimilaram cultos dos habitantes originais da península, os pelasgos, como o oráculo de Dodona, os deuses dos rios e dos ventos e Deméter, a deusa de cabeça de cavalo que encarnava o ciclo da vegetação. Depois de se fixarem em Micenas, os gregos entraram em contato com a civilização cretense e com outras civilizações mediterrâneas, das quais herdaram principalmente as divindades femininas como Hera, que passou a ser a esposa de Zeus; Atena, sua filha; e Ártemis, irmã gêmea de Apolo.

Ao que parece, a figura do deus Dioniso originou-se da Anatólia ou de Creta, como deus da vegetação e principalmente do vinho. Seu culto deve ter-se firmado na Grécia continental por volta do século VIII a.C. Suas devotas, chamadas ménades, dançavam em coreografias contorcionistas nos banquetes sagrados e devoravam nacos de carne crua, que arrancavam de certos animais, numa alegoria da comunhão com o deus. Esse culto representava uma forma

de adoração das forças incontroláveis da natureza e, com o passar do tempo, adaptou-se a encenações mais civilizadas, que deram origem às representações dramáticas.

A insatisfação social que predominou do século VIII ao VI a.C. levou a revoltas políticas e à propagação de uma religiosidade popular de caráter profundamente emocional. Desenvolveram-se nesse período os mistérios de Elêusis, em torno de Deméter, símbolo da vida que renasce na primavera, e o oráculo de Apolo, em Delfos, transformou-se no centro espiritual da Grécia.

Período clássico. O início da filosofia grega, no século VI a.C., trouxe uma reflexão sobre as crenças e mitos do povo grego. Alguns pensadores, como Heráclito, os sofistas e Aristófanos, encontraram na mitologia motivo de ironia e zombaria. Outros, como Platão e Aristóteles, prescindiram dos deuses do Olimpo para desenvolver uma idéia filosoficamente depurada sobre a divindade. Enquanto isso, o culto público, a religião oficial, alcançava seu momento mais glorioso, em que teve como símbolo o Pártenon ateniense, mandado construir por Péricles. A religiosidade popular evidenciava-se nos festejos tradicionais, em geral de origem camponesa, ainda que remoçada com novos nomes. Os camponeses cultuavam Pã, deus dos rebanhos, cuja flauta mágica os pastores tentavam imitar; as ninfas, que protegiam suas casas; e as nereidas, divindades marinhas.

Período helenístico e greco-romano. As conquistas de Alexandre o Grande facilitaram o intercâmbio entre as respectivas mitologias, de vencedores e vencidos, ainda que fossem influências de caráter mais cultural que autenticamente religioso. Assim é que foram incorporadas à religião helênica a deusa frígia Cibele e os deuses egípcios Ísis e Serápis. Pode-se dizer que o sincretismo, ou fusão pacífica das diversas religiões, foi a característica dominante do período helenístico.

Crenças religiosas. Os deuses gregos se distinguiram dos homens por serem imortais. Regiam os fenômenos naturais e sociais e não se identificavam com a natureza. Zeus comandava os fenômenos atmosféricos e os deuses do Olimpo. Sua esposa, Hera, protegia os casamentos. Dois irmãos de Zeus, Hades e Posêidon, eram encarregados respectivamente do mundo do além e dos mares. Outra irmã, Deméter, era a deusa da colheita. Dos filhos de Zeus, Atena representava a coragem e a sabedoria; Apolo, tipo ideal do jovem herói, dirigia a carruagem do Sol e tinha numerosos poderes; seu filho Asclépio era adorado como deus da medicina; Marte personificava o deus da guerra; Hefesto era o deus do fogo; Afrodite e seu filho Eros encarnavam o amor. Essas atribuições, no entanto, eram bastante elásticas e variavam no tempo, nas diversas regiões e nos diferentes documentos literários.

Homero foi o grande organizador do panteão grego, que situou no monte Olimpo, onde os deuses viviam entregues a seus caprichos e desavenças, pouco interessados no culto ritualístico mas atentos às vicissitudes de seus protegidos terrestres.

O homem e seu destino. Para os gregos, o homem era o centro do universo e a medida de todas as coisas. Cada homem compunha-se de corpo e alma; esta, ao morrer, descia em forma de sombra para o reino de Hades, na embarcação de Caronte. Apenas os heróis e os favorecidos dos deuses iam para os campos elísios. Os rebeldes eram castigados no Tártaro, e quem tivesse cometido crime contra pessoa do mesmo sangue era perseguido ainda em vida pelas fúrias. As crenças órficas acentuaram o dualismo entre a alma e o corpo. Consideravam este como uma prisão da alma, ao contrário da cultura grega clássica, que o exaltava.

O culto oficial. O mais importante ato religioso dos gregos era o sacrifício. Outras práticas religiosas eram as preces, banhos, libações, procissões, competições e adivinhações por intermédio de oráculos. Entre as atividades religiosas públicas estavam os festivais, como a Panatenéia, em que os atenienses homenageavam Atena, e as Dionisíacas, durante as quais atores representavam tragédias e depois comédias. A cada quatro anos realizavam um festival a Zeus, que a partir do ano 776 a.C. passou a incluir os Jogos Olímpicos. Havia ainda representações dramáticas, concursos de rapsodos, suntuosas procissões e as hecatombes,

divisão da comida dos sacrifícios. Tinham maior sentido religioso os ritos do casamento, nascimento, morte, oráculos e, acima de tudo, os cultos secretos dos mistérios.

Religião Romana

Para o político e orador Cícero, os romanos ultrapassaram todos os outros povos na sabedoria singular de compreender que tudo está subordinado ao governo e direção dos deuses. Sua religião, porém, não se baseou na graça divina e sim na confiança mútua entre deuses e homens; e seu objetivo era garantir a cooperação e a benevolência dos deuses para com os homens e manter a paz entre eles e a comunidade.

Entende-se por religião romana o conjunto de crenças, práticas e instituições religiosas dos romanos no período situado entre o século VIII a.C. e o começo do século IV da era cristã. Caracterizou-se pela estrita observância de ritos e cultos aos deuses, de cujo favor dependiam a saúde e a prosperidade, colheitas fartas e sucesso na guerra. A piedade, portanto, não era compreendida em termos de experiência religiosa individual e sim da fiel realização dos deveres rituais aos deuses, concebidos como poderes abstratos e não como divindades antropomórficas.

Um traço característico dos romanos foi seu sentido prático e a falta de preocupações filosóficas acerca da natureza ou da divindade. Seus preceitos religiosos não incorporaram elementos morais, mas consistiram apenas de diretrizes para a execução correta dos rituais. Também não desenvolveram uma mitologia imaginativa própria sobre a origem do universo e dos deuses; seu caráter legalista e conservador contentou-se em cumprir com toda exatidão os ritos tradicionalmente prescritos, organizados como atividades sociais e cívicas.

O ceticismo religioso chegou a ser uma atitude predominante na sociedade romana em face das guerras e calamidades, que os deuses, apesar de todas as cerimônias e oferendas, não conseguiam afastar. O historiador Tácito comentou amargamente que a tarefa dos deuses era castigar e não salvar o povo romano.

A índole prática dos romanos manifestou-se também na política de conquistas, ao incorporar ao próprio panteão os deuses dos povos vencidos. Sem teologia elaborada, a religião romana não entrava em contradição com essas deidades, nem os romanos tentaram impor aos conquistados uma doutrina própria. Durante a república, no entanto, foi proibido o ensino da filosofia grega, porque os filósofos eram considerados inimigos da ordem estabelecida. Os valores dominantes da cultura romana não foram o pensamento ou a religião, mas a retórica e o direito.

Com as crises econômicas e sociais que atingiram o mundo romano, a antiga religião não respondeu mais às inquietações espirituais de muitos e, a partir do século III a.C., começaram a se difundir religiões orientais de rico conteúdo mitológico e forte envolvimento pessoal, mediante ritos de iniciação, doutrinas secretas e sacrifícios cruentos.

Nesse ambiente verificou-se mais tarde a chegada dos primeiros cristãos, entre eles os apóstolos Pedro e Paulo, com uma mensagem ética de amor e salvação. O cristianismo conquistou o povo, mas seu irrenunciável monoteísmo chocou-se com as cerimônias religiosas públicas, nas quais se baseava a coesão do estado, e em especial com o culto ao imperador. Depois de sofrer numerosas perseguições, o cristianismo foi reconhecido pelo imperador Constantino no ano 313.

Origens. São escassas as fontes que permitem reconstruir a vida da primitiva Roma, pequena cidade-estado que se formou por volta do século VIII a.C. A descrição mais antiga é do historiador romano Marcos Terêncio Varrão, do século I a.C., mas seu testemunho já mostra a grande influência da cultura grega, que motivou a reinterpretação da tradição religiosa.

No período de formação original, a religião dos romanos já apresentava características utilitárias, em que as preocupações se centravam na satisfação das necessidades materiais, como boas colheitas e a prosperidade da família e do estado em tempo de paz e de guerra. Entre os deuses mais importantes dessa época estão Júpiter, deus do céu, o maior deles;

Marte, deus da guerra; Quirino, protetor da paz, identificado depois com Rômulo; e Juno, cuja função principal era dirigir a vida das mulheres.

Outras deidades menores eram figuras vagas de funções limitadas e claramente definidas. Como os deuses maiores, tinham poderes sobrenaturais e, pelo culto adequado, podiam ser induzidos a empregá-los em benefício dos adoradores. A curiosidade dos romanos, porém, não passava desse ponto: os deuses não tinham mitos, não formavam casais e não tinham filhos.

Os romanos não tinham também uma casta sacerdotal; seus ritos eram executados com meticulosa exatidão por chefes de família ou magistrados civis. Essas atividades clericais, porém, eram reguladas por colégios sacerdotais.

Influência etrusca. Na segunda metade do século VI a.C., os etruscos conquistaram a cidade de Roma e introduziram nas práticas religiosas o culto às estátuas dos deuses, os templos, a adivinhação mediante o escrutínio das entranhas de animais sacrificados e do fogo e maior solenidade nos ritos funerários. O primitivo calendário religioso lunar, de dez meses, foi substituído pelo calendário solar de 12 meses. Nesse período ocorreu a incorporação de deuses que não eram apenas etruscos. Júpiter ganhou como consortes Juno e Minerva, uma união que resultou da influência grega, já que as duas deusas foram identificadas como Hera e Atena, mulher e filha de Zeus. Vênus e Diana surgiram de fontes italianas. Entre os deuses incorporados ao panteão romano por influência etrusca estão Vulcano, deus do fogo, e Saturno, divindade de funções originais obscuras.

Religião na república. O período republicano, do século V ao século I a.C., caracterizou-se pela ampliação da influência da cultura grega, cujos mitos revitalizaram os deuses romanos ou introduziram novas divindades, como Apolo, que não tinha um equivalente romano geralmente reconhecido, e Esculápio. Outro costume importado da Grécia foi convidar os deuses para o banquete sagrado, o lectisternium, no qual eram representados por suas estátuas e associados em casais, como Júpiter e Juno, Marte e Vênus etc. As figuras juntas nos banquetes formaram o grupo grego popular e típico de 12 deuses. Foram introduzidos ainda cultos orgiásticos do Oriente Médio, como o da deusa Cibele, a Grande Mãe, e o de Dioniso, que em Roma foi identificado como Baco.

A religião no império. O imperador Augusto quis reavivar os cultos tradicionais -- ele mesmo foi divinizado após a morte -- e reconstruir os templos antigos. A crescente demanda por uma religião mais pessoal, porém, que nem as religiões tradicionais gregas nem as romanas eram capazes de satisfazer, foi atendida por vários cultos do Oriente Médio, que prometiam a seus seguidores o favor pessoal da divindade e mesmo a imortalidade se certas condições fossem atendidas, entre elas a iniciação secreta em ritos misteriosos.

O primeiro deles foi o de Ísis que, embora de origem egípcia, sofreu modificações em sua passagem pela Grécia. Depois veio o culto de Atis, consorte da Grande Mãe, e por último o de Mitra, de origem persa, que se tornou o predileto dos soldados romanos.

No último período do Império Romano, desenvolveu-se de forma particular o culto ao Sol, e o imperador Aureliano proclamou como suprema divindade de Roma o Sol Invicto. Mas essas tentativas de reavivar uma religião que sempre servira aos interesses do estado fracassaram, ante a expansão do cristianismo que, em 391, foi declarado religião oficial do estado pelo imperador Teodósio, que suprimiu o culto tradicional.

Capítulo V

OUTRAS RELIGIÕES POLITEÍSTAS EUROPEIAS

—Situados à margem do mundo mediterrâneo, autêntica encruzilhada dos mundos oriental e greco-romano, os povos do norte e leste da Europa estabeleceram de forma independente religiões politeístas de marcada ascendência indo-européia. Entre as mais antigas, cabe mencionar a celta que, entre os séculos V e III anteriores à era cristã, estendia-se pela maior parte do continente e tinha um elaborado panteão cuja natureza multiforme encarnava a concepção celta do mundo como realidade fluida e intermediária entre a ordem visível e o sobrenatural. Traços característicos da religião celta eram a existência dos druidas, poderosa casta de magos-sacerdotes; a veneração de animais sagrados e a celebração de ritos ao ar livre, manifestação de sua origem animista. Depois de expulsos do continente por germanos e romanos, os celtas se refugiaram nas ilhas britânicas, onde traduziram suas crenças em excepcionais criações artísticas e literárias.||⁴

Religião Germânica

Com a conversão dos povos germânicos ao cristianismo, depois do declínio do Império Romano do Ocidente, perdeu-se a maior parte das informações sobre seus primitivos deuses, crenças e cultos, dos quais resta uma imagem mais vívida apenas na Escandinávia.

Religião germânica é o conjunto de concepções mitológicas e religiosas comuns aos povos que falavam qualquer dos dialetos germânicos e que, no decorrer dos primeiros séculos da Idade Média, se expandiram por toda a Europa. Assimilada por regiões romanizadas, exerceu importância decisiva na formação do espírito europeu.

Fontes. Dos três grandes grupos germânicos -- oriental, ocidental e setentrional -- é este último o mais conhecido, pois foi na Escandinávia que as tradições germânicas se mantiveram por mais tempo e sobreviveram na imaginação popular depois da conversão oficial ao cristianismo. A obra *Germania*, do historiador Tácito, revela dados interessantes sobre o período romano, embora, como as crônicas dos missionários cristãos, peque por certa parcialidade.

A coletânea islandesa Edda poética, escrita entre os séculos IX e XIII, dedica o primeiro canto, o *Völuspá*, à cosmogonia ou formação do mundo. Também a Edda em prosa, do islandês Snorri Sturluson, do século XIII, encerra todo o tratado da mitologia nórdica. Esses e outros textos, mais as tradições populares que perduraram, mostram a influência do pensamento cristão. Os restos arqueológicos e a toponímia, que estuda a origem dos nomes geográficos, são mais seguros, porém menos informativos.

Mitologia. No *Völuspá*, a criação do mundo é contada por uma antiqüíssima profetisa cultuada por gigantes primitivos. No princípio não havia nada além de Ginnungagap, um vácuo impregnado de força mágica. Três deuses, Odin e seus irmãos, ergueram a terra, presumivelmente do mar. O sol brilhou nos rochedos estéreis e a terra cobriu-se de verdes pastagens. Depois, Odin e dois outros deuses chegaram a terra firme transportados por dois troncos de árvore, Ask e Embla, e deram a eles a faculdade de respirar, razão, cabelos e um formoso semblante, criando assim o primeiro casal humano.

⁴ Enciclopédia Barsa, art. “Religiões”, Temopédia.

Uma história ligeiramente diferente é contada no poema didático "Vafthrúdnismál" ("O canto de Vafthrúdnir"). O poeta atribui sua ascendência a um gigante primitivo, Aurgelmir, também conhecido pelo nome de Ymir, que teria se originado de respingos dos tormentosos rios chamados Élivágar. De suas pernas, o gigante gerou um filho de seis cabeças, e sob seus braços cresceram uma donzela e um jovem. A terra formou-se a partir do corpo do gigante, que foi massacrado por Odin e seus irmãos. Dos ossos de Ymir surgiram as rochas; de seu crânio, o céu; e de seu sangue, o mar. Outro poema, "O canto de Grímnir (Odin)", acrescenta que os cabelos do gigante formaram as árvores, e seus miolos, as nuvens.

Deuses. De acordo com os textos islandeses, o panteão germânico compreendia 12 deidades masculinas e 12 femininas, embora talvez essa mitologia fosse exclusivamente escandinava. Alguns deuses, no entanto, foram com certeza comuns a todos os reinos germânicos, em especial a tríade fundamental: Thor, Odin e Frey, conforme a denominação escandinava. O povo romano dedicava cada dia da semana a um de seus deuses. Os germanos continentais adotaram, no século IV, a semana de sete dias, e substituíram os nomes das divindades romanas que designavam os dias pelos nomes de suas próprias divindades.

Odin ou Wotan foi identificado com o deus romano Mercúrio. Odin era um deus guerreiro ao qual se ofereciam sacrifícios humanos, e tinha precedência sobre os outros dois. Ao que parece, na assimilação a Mercúrio, prevaleceu sua sabedoria mágica e seu engenho. Marte, a divindade romana da guerra, foi assimilado a Tiwaz, deus tranquilo e ordeiro. Balder (Baldr), filho de Odin, era o deus da eloquência, e a ele opunha-se Loki, de caráter maligno. Identificado com Júpiter, o antigo nome escandinavo Thor, freqüente sobretudo no período viquingue, corresponde ao Donar dos germanos continentais e significa trovão. Frey ou Frikko, deus da fecundidade, era irmão e esposo de Freya ou Friga, mãe terra e deusa da fertilidade, identificada com a Vênus romana.

Os deuses germânicos se agrupavam em duas tribos: Aesir e Vanir. Entre os primeiros, encarregados das funções religiosas e aristocráticas, encontravam-se Thor e Odin; os demais, relacionados com a vida camponesa, tinham Frey como deus maior. Essa separação foi feita também por outros povos indo-europeus.

Culto. Celebrado em princípio ao ar livre, o culto germânico foi depois levado para templos, construídos para proteção contra as intempéries. Os ritos tinham caráter estacional, de acordo com o ciclo agrícola. Quanto à vida após a morte, acreditava-se que a sobrevivência tinha lugar nos próprios túmulos. Os mortos deviam percorrer um caminho durante nove dias até chegar a seu lugar. Ao Valhalla, ou paraíso, chegariam os nobres guerreiros mortos em combate, que seriam recebidos pelas valquírias, mensageiras de Odin. O culto à coragem manifesta o espírito audaz e belicoso daqueles povos e a crença, subjacente em toda a religião germânica, na inevitabilidade do destino.

Capítulo VI **AS RELIGIÕES MONOTEÍSTAS**

Das grandes religiões monoteístas hoje existentes, o judaísmo é não só a mais antiga como também a primeira doutrina religiosa que formulou de maneira explícita a existência de um Deus único, pessoal e eterno, do qual deriva toda realidade. Sobre os princípios do credo judaico, renovados e desenvolvidos, erigiu-se o cristianismo, enquanto a fé islâmica reconhecera entre seus profetas Abraão, Moisés e Jesus. São evidentes, portanto, os laços históricos que vinculam as três religiões, cujo monoteísmo estrito as distingue das demais expressões do sentimento religioso.

Judaísmo

Sob o nome de judaísmo se conhece a religião dos judeus, hebreus ou israelitas, que compreende o conjunto de crenças, práticas e costumes dessa comunidade étnica. Para a doutrina judaica, história e religião constituem uma unidade indissolúvel, já que atribui à história um caráter teológico e sagrado, emanado da eleição do povo hebraico por Iavé -- Deus -- e considera que ela se encaminha de forma inexorável para a consumação da promessa divina de proteger todas as nações por intermédio desse povo. Não é de estranhar, portanto, que nenhum outro povo apresente tão estreito e duradouro vínculo entre seu devir histórico e suas crenças religiosas, mantidas no transcurso de quarenta séculos de existência conflituada.

O texto sagrado do judaísmo, a Bíblia, que exclui alguns livros que formam o Antigo Testamento cristão, narra os fatos determinantes da história do povo hebreu e se inicia, depois do relato da criação do homem, com o estabelecimento da aliança entre Iavé e o patriarca Abraão e a formação das 12 tribos de Israel. A libertação da escravidão no Egito e o êxodo e assentamento em Canaã sob a direção de Moisés, a quem se deve a formulação da lei hebraica ou mosaica, baseada nas tábuas recebidas de Deus no monte Sinai, e a união das tribos, são os períodos de fundação da nação hebraica. A seguir vêm a etapa dos juízes e a instauração da monarquia, cujos expoentes principais foram Davi, que estabeleceu a capital política e religiosa em Jerusalém; e Salomão, construtor do templo. Posteriormente, a desunião interna e a decadência da fé, denunciada pelos profetas, culminaram na dura prova do cativo na Babilônia, mas depois de seu regresso a Jerusalém o povo hebreu viu revigoradas suas crenças e renovou a aliança com Iavé e a esperança na chegada de um messias que instauraria o reino de Deus.

Os séculos posteriores, não registrados no relato bíblico, foram marcados por sucessivas dominações estrangeiras e, com a destruição do templo de Jerusalém pelos romanos no século I, pelo início da diáspora. Disperso por diversas partes do mundo, o povo judeu conseguiu, não obstante, manter sua coerência e unidade ao longo dos séculos, graças ao conjunto de prescrições religiosas, morais, rituais e sociais que se expressam nos livros sagrados: a Torá, ou lei mosaica recolhida no Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia) e o Talmude, produto da transcrição escrita da lei oral, trabalho realizado pelos rabinos ou mestres do judaísmo.

Sobre essa base comum religiosa, a tradição judaica sobreviveria ao nascimento de diversas correntes religiosas. Assim, por exemplo, o judeu espanhol Maimônides tentou, no século XII, conciliar a doutrina tradicional com o pensamento do filósofo grego Aristóteles, e entre os judeus asquenazitas da Europa central estabeleceram-se tendências esotéricas e místicas como a cabala, de origem provavelmente hispânica, e o hassidismo. A partir do século XIX, o judaísmo experimentou um vigoroso movimento renovador que, sem renunciar aos princípios da fé, defendeu a adaptação de suas formas externas às sempre mutáveis realidades históricas e sociais.

Os preceitos e dogmas essenciais do credo judaico se mantiveram inalteráveis desde os tempos bíblicos e foram recolhidos por Maimônides em 13 artigos que, em resumo, proclamam a absoluta unicidade, eternidade e onipotência de Deus; a futura chegada do messias; a necessidade de cumprir as prescrições da lei divina expressa no decálogo (os dez mandamentos) e de expiar os pecados; e a certeza da ressurreição e da imortalidade para os que obedecem à vontade divina.

O judaísmo, que contempla a salvação para os homens de qualquer religião desde que observem alguns preceitos morais básicos, está ainda estreitamente ligado à existência terrena, já que a unicidade e exclusividade de Deus devem se traduzir no homem.

A gênese, formação e princípios fundamentais do judaísmo estão tratados nos verbetes, muitos deles correspondentes também aos antecedentes históricos do cristianismo, que constam do quadro nº 6.

Entre as religiões monoteístas, o cristianismo é, sem dúvida, a que conta com maior número de fiéis e a que está mais difundida em todo o mundo. Nascida dos ensinamentos de Cristo como prolongamento e superação do judaísmo, no curso de sua evolução histórica viu dela se formarem três grandes ramos: a Igreja Católica, as igrejas protestantes e as igrejas ortodoxas. Embora diverjam em importantes aspectos doutrinários, essas três vertentes permanecem irmanadas por sua crença no caráter divino da revelação de Jesus, na existência de um Deus único em três pessoas, iguais em natureza e dignidade, que criou o mundo do nada, e nos princípios essenciais da cristandade: amor a Deus sobre todas as coisas, traduzido necessariamente no amor ao próximo, e a fé na chegada do reino de Deus.

Além disso, o cristianismo em seu conjunto se distingue das demais religiões monoteístas por ser a única que proclama a realidade de um homem-Deus, Jesus Cristo, Deus ele mesmo, encarnado em forma humana para realizar a vinculação mística e real de toda a humanidade com o Criador.

Os três ramos do cristianismo têm também um mesmo livro sagrado, a Bíblia, e acrescentam ao Antigo Testamento judaico o Novo Testamento, que compreende os Evangelhos e outros livros posteriores ao nascimento de Jesus. Convém assinalar, não obstante, que a Igreja Católica reconhece um maior número de livros canônicos no Antigo Testamento em relação ao texto protestante, que coincide praticamente com o hebreu. Desde o princípio do século XX, porém, iniciou-se um vigoroso movimento ecumênico, destinado em princípio a estreitar os laços entre as diversas igrejas protestantes, que não tardaria a despertar o interesse e o crescente apoio das igrejas ortodoxas e da Igreja Católica.

Catolicismo. Um dos ramos da religião cristã. Reconhece o papa como autoridade máxima e venera a Virgem Maria e os santos. O termo católico deriva do grego *katholikos*, universal. Exprime a idéia de uma igreja que pode levar a salvação a qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo. A missa é o principal ato litúrgico, e por meio da aceitação dos sacramentos o católico reafirma sua fé.

A história do catolicismo está associada à expansão do Império Romano e ao surgimento dos novos reinos em que este se divide. Sua difusão se vincula ao desenvolvimento da civilização ocidental e ao processo de colonização e aculturação de outros povos.

A Encyclopaedia Britannica estima em 1 bilhão o número de adeptos do catolicismo em 1997 (18% da população mundial). A maioria (42,5%) encontra-se na América Latina.

Igreja Católica—A sede da Igreja Católica fica no Vaticano, um pequeno Estado independente no centro de Roma, Itália. Em todo o mundo se estrutura em regiões geográficas autônomas chamadas dioceses, dirigidas por bispos subordinados ao papa. O primeiro pontífice foi o apóstolo Pedro, no século I. Desde então, a Igreja Católica já teve 264 papas, entre eles João XXIII, um dos mais populares de todos os tempos. Seu papado, de 1958 a 1963, inaugura uma nova era na história do catolicismo, marcada por profunda reforma religiosa e política. João XXIII convoca o Concílio Vaticano II, responsável por mudanças que permitem maior integração da Igreja Católica ao mundo contemporâneo. Ele busca também amenizar a hostilidade no interior do cristianismo, promovendo o diálogo e a união entre suas vertentes (catolicismo, protestantismo e Igreja Ortodoxa). No plano político enfatiza a necessidade de o papa intervir como conciliador em questões internacionais.

No poder desde 1978, o papa atual, o polonês Karol Wojtyła (1920-), adota o nome de João Paulo II. Ele é o primeiro não-italiano a ser eleito para o cargo em 456 anos. Seu papado procura restaurar a identidade católica, ameaçada de crescente secularização, condenando práticas como o aborto e o divórcio e uso de métodos artificiais de contracepção. Outra postura de João Paulo II que vem sendo criticada é a defesa do celibato, que colabora para a redução do clero.

Eleição dos papas—Desde a Idade Média os papas são eleitos por um colégio especial de cardeais. Com o decreto de Gregório X, no início do século XIII, o conclave torna-se uma votação secreta para evitar a interferência de pressões externas. Atualmente existem cerca de 150 cardeais no mundo inteiro, dos quais 120 têm direito a votar. A escolha do novo papa começa com uma missa solene na Basílica de São Pedro. Depois, os cardeais se dirigem à Capela Sistina, onde é realizada a eleição, que pode durar vários dias. Durante esse processo eles ficam incomunicáveis e são proibidos de deixar o local da votação

Liturgia católica—As missas são rezadas em latim até a década de 60, quando o Concílio Vaticano II autoriza o uso da língua de cada país. Batismo, eucaristia, crisma (ou confirmação da fé), penitência (ou confissão), matrimônio, ordenação e unção dos enfermos compõem os sacramentos rituais. O casamento de sacerdotes é proibido desde a Idade Média, salvo em algumas igrejas orientais unidas a Roma (por exemplo, a maronita). As mulheres não são admitidas no sacerdócio ordenado.

Festas religiosas—Além de Natal, Páscoa e Pentecostes – principais festas cristãs –, existem outras comemorações de grande importância para os católicos. No Corpus Christi, dez dias após Pentecostes, os fiéis celebram a presença de Jesus Cristo na eucaristia. Em muitos lugares, procissões de fiéis percorrem ruas decoradas por mosaicos coloridos, retratando temas religiosos. O Dia de Reis, 6 de janeiro, lembra a visita dos três reis magos (Gaspar, Melchior e Baltasar) ao menino Jesus, em Belém, quando o presenteiam com ouro, incenso e mirra, substâncias que representam sua realeza, sua divindade e sua humanidade.

A comemoração do Dia de Nossa Senhora de Aparecida, a santa padroeira do Brasil, é restrita ao país. Em 12 de outubro, feriado nacional, milhares de fiéis dirigem-se à Basílica de Nossa Senhora de Aparecida, em Aparecida do Norte (SP), para homenageá-la. Os cultos de São João, Santo Antônio e São Pedro, nas chamadas festas juninas (por acontecer no mês de junho), também se destacam entre as festividades de origem católica no país.

Renovação Carismática Católica—Movimento da Igreja Católica que surge nos Estados Unidos, em meados da década de 60, com o objetivo de reafirmar a presença do Espírito Santo no catolicismo. Preserva as doutrinas básicas do catolicismo e enfatiza a crença no poder milagroso do Espírito Santo. Os rituais, nos grupos de oração, buscam a interação com o Espírito Santo, que, segundo os carismáticos, realiza milagres, como a cura de fiéis.

Teologia da Libertação—Movimento católico criado na década de 60, principalmente na América Latina. Provoca grande polêmica com a cúpula da Igreja Católica por associar o cristianismo a questões políticas e sociais concretas. Os fiéis e os sacerdotes que seguem a Teologia da Libertação defendem a luta por justiça social como um compromisso cristão. O teólogo brasileiro e ex-frade franciscano Leonardo Boff é um dos formuladores do movimento. No livro *Jesus Cristo Libertador* (1972) admite o emprego das teorias marxistas na análise do atraso das sociedades do terceiro mundo. Essa posição, apoiada por outros teólogos e sacerdotes latino-americanos, o leva a um conflito com setores da Igreja. Em 1984 é condenado pelo Vaticano ao silêncio por um ano, sendo proibido de se manifestar publicamente como punição pelas idéias contidas no livro *Igreja, Carisma e Poder*. Em 1992, ao ser sentenciado a novo período de silêncio, Leonardo Boff renuncia ao sacerdócio.⁵

⁵ Almanaque Abril, art. “Catolicismo”.

Igreja Ortodoxa. Igreja que resulta do cisma ocorrido no catolicismo, em 1054, quando o Império Bizantino rejeita a supremacia de Roma, patriarcado do Ocidente. Até então, duas grandes tradições convivem no interior do cristianismo: a latina, no Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e a bizantina, no Império Romano do Oriente, sediada em Constantinopla (antiga Bizâncio e atual Istambul, na Turquia). Divergências teológicas e políticas causam a ruptura entre as duas Igrejas, que se excomungam mutuamente, condenação só revogada em 1965 pelo papa Paulo VI e pelo patriarca Athenágoras I.

A Igreja Ortodoxa ou Igreja Cismática Grega é menos rígida nas formulações dogmáticas e na hierarquia e também valoriza a liturgia. O cristianismo ortodoxo (reta opinião, em grego) tem originalmente quatro sedes (patriarcados): Jerusalém, Alexandria, Antióquia e Constantinopla. Mais tarde incorporam-se os patriarcados de Moscou, de Bucareste e da Bulgária, além das igrejas autônomas nacionais da Grécia, da Sérvia, da Geórgia, de Chipre e da América do Norte. Todas as Igrejas Ortodoxas apresentam diferenças políticas e religiosas. Possuem 223,2 milhões de fiéis em todo o mundo, em 1997, de acordo com a Encyclopaedia Britannica.

Liturgia do cristianismo ortodoxo – Os rituais são cantados sem instrumentos musicais e se proíbem as imagens esculpidas de santos, exceto o crucifixo e os ícones sagrados. Os sacramentos são os mesmos da Igreja Católica e reconhecidos reciprocamente. Os ortodoxos não admitem o purgatório nem a superioridade e a infalibilidade do papa. Também rejeitam a doutrina católica da Imaculada Conceição, segundo a qual Maria teria nascido sem pecado e gerado seu filho virgem. De acordo com os ortodoxos, esse dogma não faz parte da narrativa bíblica e é contrário à doutrina tradicional do pecado original. A assunção da Virgem Maria (sua subida aos céus em corpo e alma), porém, é aceita, com base na afirmação formal dos livros litúrgicos.

Os graus de ordem na Igreja Ortodoxa dividem-se em: diácono, padre e bispo. Os padres e diáconos recebem títulos honoríficos (arquimandrita, ecônomo, arqui-diácono), que não conferem primazia espiritual nem administrativa. A escolha dos bispos é feita exclusivamente entre os monges. Os padres podem casar-se (antes da ordenação), mas não os monges – dedicados exclusivamente à oração.

Protestantismo. Movimento cristão surgido com a Reforma Protestante, iniciada no século XVI pelo teólogo alemão Martinho Lutero, que rompe com a Igreja Católica. As críticas de Lutero ao catolicismo começam em 1517. Defende ser a fé o elemento fundamental para a salvação do indivíduo e condena a venda de indulgências pela Igreja e o relaxamento dos costumes do clero da época. Fixa na porta da igreja do Castelo de Wittenberg as 95 teses consideradas heréticas. Em 1519, Lutero afasta-se definitivamente do catolicismo ao negar o primado do papa. Dois anos depois é excomungado pelo papa Leão X. Com a simpatia de diferentes setores da nobreza e dos camponeses, o luteranismo difunde-se na Alemanha. Lutero traduz a Bíblia para o alemão e abole a confissão obrigatória, o culto aos santos, o jejum e o celibato clerical. Só aceita os sacramentos do batismo e da eucaristia. Os protestantes negam ainda o culto à Virgem Maria. O nome protestante é atribuído, na época, aos partidários da reforma que protestam contra a Dieta (assembleia convocada pelos reis) de Espira (1529). A Igreja Protestante, também conhecida como Evangélica, reivindica sua reaproximação com o cristianismo primitivo.

O protestantismo divide-se em histórico, criado a partir da reforma, e pentecostal, surgido no começo do século XX. Calcula-se que existam 415,7 milhões de protestantes em todo o mundo em 1997. O Brasil reúne o maior número de adeptos da América do Sul, 13,3 milhões, segundo pesquisa realizada pelo instituto DataFolha em 1994.

Todas as igrejas protestantes celebram Natal, Páscoa, Pentecostes e as demais festividades cristãs. Também há comemorações particulares a cada uma delas, como o Dia de

Ação de Graças, celebrado pelos luteranos, e o Dia da Escola Dominical, comemorado pelos metodistas.

PROTESTANTISMO HISTÓRICO. Corrente do protestantismo que compreende as Igrejas formadas a partir da reforma, como a Luterana, a Presbiteriana, a Anglicana, a Batista e a Metodista.

Igreja Luterana — É a primeira Igreja saída da reforma, fundada por Martinho Lutero. A comunidade pode escolher seus pastores, e todos os batizados são considerados sacerdotes. Acentua-se a autoridade única da Bíblia, não sendo necessária a interpretação de um sacerdote. Cada igreja é independente e não é submetida a uma hierarquia.

Igreja Presbiteriana – Igreja protestante que não reconhece a autoridade dos bispos nem aceita hierarquia superior à dos presbíteros (sacerdotes). Fundada pelo escocês John Knox (1514-1572), seus princípios fundamentais são enunciados na Confissão de Fé de Westminster, em 1643. Segue a doutrina religiosa do teólogo francês João Calvino (1509-1564), que funda uma corrente do protestantismo. Calvino afirma o dogma da predestinação, segundo o qual o homem está destinado à salvação ou à condenação por escolha divina, cabendo a ele apenas colaborar com a vontade de Deus. Salva-se quem santificar a vida cumprindo seus deveres. Defende a separação de Igreja e Estado, com predomínio da primeira sobre o último. Enfatiza a leitura e a interpretação da Bíblia e admite os sacramentos do batismo e da eucaristia. Considera o homem livre das proibições não explicitadas nas Escrituras e estimula a busca do conforto por meio do trabalho e da vida regrada.

Igreja Anglicana—Igreja oficial da Inglaterra criada pelo rei Henrique VIII, que em 1534 rompe com a Igreja Católica. A reforma anglicana consolida-se em 1558, sob o reinado de Elizabeth I. Da Inglaterra difunde-se para as colônias, especialmente a América do Norte. Assemelha-se ao catolicismo quanto à liturgia. O anglicanismo admite mulheres como sacerdotes desde 1994.

Igreja Batista—Fundada em Londres, em 1611, a partir de um grupo de luteranos liderados por Thomas Helwys (1550-1616). Valoriza o sacramento do batismo e defende sua realização em idade adulta. Para os batistas, a salvação eterna não está relacionada com a execução de boas obras. Difundida principalmente nos EUA, a Igreja Batista não usa a cruz como símbolo.

Igreja Metodista—Formada em 1740, a partir da obra do clérigo anglicano John Wesley (1703-1791), tem forte influência calvinista. Wesley passa a fazer reuniões metódicas para exercício de meditação mística, daí o nome metodista. A Igreja Metodista aceita o batismo simbólico das crianças. Defende ser a palavra de Deus suficiente para a salvação, mas critica a interpretação individual dos textos sagrados. Acredita na cura divina e na manifestação do Espírito Santo.

PROTESTANTISMO PENTECOSTAL. Movimento que surge em Chicago, Estados Unidos, em 1906, a partir de uma dissidência dos metodistas e se difunde rapidamente pelos países do terceiro mundo. Enfatiza a relação com o Espírito Santo por meio da glossolalia (dom de falar em línguas estranhas), reproduzindo o episódio bíblico da manifestação do Espírito Santo aos apóstolos no dia de Pentecostes. Os cultos são emotivos e teatrais. Há ênfase nas orações coletivas feitas em voz alta e nos rituais de exorcismo e cura, realizados em grandes concentrações públicas. Algumas igrejas destacam mais determinados aspectos e as diferenças entre elas estão nos enfoques doutrinários e na clientela que atraem. Em geral, as igrejas são independentes nos diferentes países. O movimento é maior nos Estados Unidos e na América Latina. Existem hoje duas vertentes: o pentecostalismo tradicional e o neopentecostalismo.

Pentecostalismo tradicional – Conservam, em geral, uma moral rígida em relação ao comportamento e ao modo de se vestir. Em determinadas igrejas, por exemplo, as mulheres usam saias e cabelos longos e não podem pintar-se. Alguns fiéis têm restrições quanto a assistir à televisão e a consumir bebidas, cigarros e determinados alimentos. Entre as igrejas pentecostais tradicionais destacam-se a Congregação Cristã e Evangelho Quadrangular.

Neopentecostalismo – Mudança surgida no pentecostalismo mundial na década de 70 a partir dos princípios da Teologia da Prosperidade. Desenvolvida nos Estados Unidos, assegura que o sucesso, a felicidade e a prosperidade devem ser alcançados nesta vida. As igrejas neopentecostais são menos rígidas que as pentecostais tradicionais em relação à moral e ao comportamento. Promovem também uma acentuação dos ritos de exorcismo e cura. Uma das principais igrejas neopentecostais é a Igreja Universal do Reino de Deus. Fundada pelo brasileiro Edir Macedo em 1977, já se espalhou para mais de 30 países.

PARAPROTESTANTES OU CRISTÃOS INDEPENDENTES. Formam um grupo específico dentro do protestantismo porque acreditam que a própria doutrina foi revelada por uma ação divina especial. As principais Igrejas são a Adventista, a Mórmon e a Testemunhas de Jeová.

Igreja Adventista do Sétimo Dia – Fundada por um grupo de ex-mileritas (criam no breve retorno de Cristo para 1844, ensinado por William Miller-(1782-1849). Após o desapontamento o movimento divide-se em vários ramos, como Cristãos Adventistas União da Vida e Advento e **Adventistas do Sétimo Dia**. Entre os fundadores da Igreja Adventista do Sétimo Dia os mais destacados:Tiago White, Ellen White, José Bates, Hiran Edson. Os adventistas acreditam que a volta de Cristo está próxima e que sua missão na terra é preparar um povo para o regresso de Cristo nas nuvens do céu. Acreditam também que o homem é justificado pela graça por meio da fé em Jesus. Crêem na correta observância dos mandamentos de Deus como evidência de seu amor a Jesus conforme João 14:15.

Igreja Mórmon–Também chamada de Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, é fundada em 1830 pelo norte-americano Joseph Smith (1805-1844). Mórmon é o nome do livro que o fundador teria recebido das mãos de um mensageiro de Deus.

Testemunhas de Jeová–Igreja formada em 1875 pelo norte-americano Charles Russel (1852-1916), resulta da fragmentação da Igreja Adventista. Os fiéis rejeitam as noções de imortalidade da alma e de inferno. Acreditam que religião e governo são criações do diabo. Defendem a moral rígida e recusam-se a prestar o serviço militar. Seus locais de encontro se chamam salões do reino.⁶

Islamismo

Religião monoteísta baseada nos ensinamentos de Maomé (chamado O Profeta), contidos no livro sagrado islâmico, o Alcorão. A palavra islã significa submeter-se e exprime a obediência à lei e à vontade de Alá (Allah, Deus em árabe). Seus seguidores são chamados muçulmanos – muslim, em árabe, aquele que se subordina a Deus. Fundado na região da atual Arábia Saudita, o islamismo é a segunda maior religião do mundo, perdendo apenas para o cristianismo em número de adeptos. Seus 1,1 bilhão de fiéis (segundo a Encyclopaedia Britannica), que representam 20% da população mundial em 1997, concentram-se sobretudo no norte da África e na Ásia.

Maomé. O nome Maomé (570-632) é uma alteração hispânica de Muhammad, que significa digno de louvor. O Profeta nasce em Meca, numa família de mercadores. Começa sua pregação aos 40 anos, quando, segundo a tradição, tem uma visão do arcanjo Gabriel, que lhe revela a existência de um Deus único. Na época, as religiões da península Arábica são o cristianismo bizantino, o judaísmo e uma forma de politeísmo que venera vários deuses tribais. Maomé passa a pregar sua mensagem monoteísta e encontra grande oposição. Perseguido em Meca, é obrigado a emigrar para Medina, em 622. Esse fato, chamado Hégira, é o marco inicial do calendário muçulmano. Em Medina, ele é reconhecido como profeta e legislador, assume a autoridade espiritual e temporal, vence a oposição judaica e estabelece a paz entre as tribos árabes. Quase dez anos depois, Maomé e seu exército ocupam Meca, sede da Caaba, centro de

⁶ Almanaque Abril 1999, art. “Protestantismo”.

peregrinação dos muçulmanos. Maomé morre em 632 como líder de uma religião em expansão e de um Estado árabe que começa a se organizar politicamente.

Livros sagrados. O Alcorão (do árabe al-qur'ãn, leitura) é a coletânea das diversas revelações divinas recebidas por Maomé de 610 a 632. É dividido em 114 suras (capítulos), ordenadas por tamanho. Seus principais ensinamentos são a onipotência de Deus e a necessidade de bondade, generosidade e justiça nas relações entre as pessoas. Neles estão incorporados elementos fundamentais do judaísmo e do cristianismo, além de antigas tradições religiosas árabes. A segunda fonte de doutrina do Islã, a Suna, é um conjunto de preceitos baseados nos ahadith (ditos e feitos do profeta).

Preceitos religiosos. A vida religiosa do muçulmano tem práticas bastante rigorosas. Ele deve cumprir os chamados pilares da religião. O primeiro é a shahada ou profissão de fé: Não há outro Deus a não ser Alá e Maomé é o seu profeta. Esse testemunho é a chave da entrada do fiel para o islamismo. O segundo pilar são as cinco orações diárias comunitárias (slãts), durante as quais o fiel deve ficar ajoelhado e curvado em direção a Meca. Às sextas-feiras realiza-se um sermão a partir de um verso do Alcorão, de conteúdo moral, social ou político. O terceiro pilar é uma taxa chamada zakat. Único tributo permanente ditado pelo Alcorão, é pago anualmente em grãos, gado ou dinheiro. É empregado no auxílio aos pobres e no resgate de muçulmanos presos em guerras. O quarto pilar consiste no jejum completo feito durante todo o mês do Ramadã, do amanhecer ao pôr-do-sol. Nesse período, em que se celebra a revelação do Alcorão a Maomé, o fiel não pode comer, beber, fumar ou manter relações sexuais. O quinto pilar é o hajj ou a peregrinação a Meca, que precisa ser feita pelo menos uma vez na vida por todo muçulmano com condições físicas e econômicas para tal.

A esses cinco pilares, a seita khawarij adicionou o jihad. Traduzido comumente como guerra santa, significa batalha com a qual se atinge um dos objetivos do islamismo: reformar o mundo. É permitido o uso dos Exércitos nacionais como meio de difundir os princípios do islã. Segundo a doutrina muçulmana, as guerras, porém, não podem visar à expansão territorial nem a conversão forçada de pessoas. Por isso, o jihad não é aceito por toda a comunidade islâmica.

Festas religiosas. As principais são Eid el Fitr, Eid el Adha, ano de Hégira e a comemoração do nascimento de Maomé. Elas acontecem nessa ordem ao longo do ano e são definidas segundo o calendário lunar, por isso têm datas móveis, ou seja, sujeitas a alterações. Na Eid el Fitr é comemorado o fim do Ramadã, com orações coletivas. Eid el Adha rememora o dia em que Abraão aceita a ordem divina de sacrificar um carneiro em lugar de seu filho, Ismael. Na época de Eid el Adha também acontece a peregrinação a Meca. O ano de Hégira é o Ano-Novo islâmico, comemorado no dia 1º do mês Muharram. O marco é o ano de 622, quando Maomé deixa Meca. O ano 1.419º de Hégira vai de 27 de abril de 1998 até 15 de abril de 1999. A partir dessa data, muda para 1.420º.

Divisões do islamismo. Os muçulmanos se dividem em dois grandes grupos, os sunitas e os xiitas. Os sunitas subdividem-se em quatro grupos menores: hanafitas, malequitas, chafeitas e hambanitas. São os seguidores da tradição do Profeta, continuada por All-Abbas, seu tio. Calcula-se que 84% dos muçulmanos sejam sunitas. Para eles, a autoridade espiritual pertence à comunidade como um todo. Os xiitas (16% dos muçulmanos) são partidários de Ali, marido de Fátima, filha de Maomé. Seus descendentes teriam a chave para interpretar os ensinamentos do Islã. São líderes da comunidade e continuadores da missão espiritual de Maomé. A rivalidade entre sunitas e xiitas é exacerbada com a revolução xiita no Irã, liderada pelo Aiatolá Khomeini.⁷

⁷ Almanaque Abril 1999, art. "Islamismo".

Capítulo VII

AS RELIGIÕES ORIENTAIS

Recebe a designação genérica de religiões orientais o conjunto de formas religiosas e espirituais que existiram ao longo de milênios na Índia e no Extremo Oriente com total independência no que diz respeito à tradição ocidental. Dentro de sua variedade, um traço comum a todas essas religiões é a estreita vinculação entre os ambientes religioso, filosófico e ético, com uma ressalva importante: enquanto o hinduísmo e o budismo, por exemplo, enfatizam de modo especial a reflexão e a meditação individual sobre a realidade, o confucionismo tende a destacar as características pragmáticas e sociais da vida virtuosa.

Hinduísmo

Dentre todas as religiões orientais, o hinduísmo, que compreende grande variedade de elementos heterogêneos, é a de mais difícil apreensão pela mentalidade ocidental. Sua expressão ultrapassa os limites da religião e percorre toda a estrutura social, dos atos comuns da vida diária até a literatura e a arte. Bem o disse McDowel, —o hinduísmo não é somente um dos mais antigos sistemas religiosos, como é também dos mais complexos. No decurso de sua história, tem gerado certa variedade de seitas com crenças diversificadas.||⁸

Hinduísmo é um termo genérico usado para designar a religião dos hindus, uma das mais antigas do mundo. Baseado nos "princípios eternos" (vaidika dharma) da doutrina dos Vedas (sabedoria divina), é também chamado saratana dharma (religião eterna). O hinduísmo estabeleceu as bases para muitas outras correntes religiosas e filosóficas e passou por várias etapas, desde o hinduísmo védico, bramânico e filosófico, até certos movimentos sectários e reformadores, entre os quais se incluem o budismo e o jainismo, surgidos no século VI a.C. Em sua forma atual, o hinduísmo pode ser visto como terceira fase do bramanismo. Sem um corpo de doutrinas, cultos ou instituições comuns, o hinduísmo abrange uma infinidade de seitas e de variações, monoteístas ou politeístas. O hinduísmo é disseminado na Índia, no Paquistão, em Sri Lanka e Myanmar, e há adeptos dessa religião na África do Sul, Bali, Trinidad e ilhas Fidji.

Hinduísmo védico. Por volta do ano 2000 a.C., os árias estabeleceram-se no Irã e na Índia. Sua herança religiosa consistiu nas divindades dos antepassados. Além de deuses tribais, os indo-europeus veneravam deuses cósmicos: Dyeus ou Dyaus-Pitar (em sânscrito, "deus do céu", correspondente ao grego Zeus-Pater e ao Dies Piter ou Júpiter romano), consorte da "mãe-terra", é o deus supremo, doador da chuva e da fertilidade e pai (mas não criador) dos outros deuses e dos homens. O Sol (svarya), a Lua (mas) e a aurora (em grego, heos) são os deuses da luz. Divindades menores e locais são as árvores, as pedras, os rios e o fogo.

A fim de obter a bênção dos deuses, o homem devia satisfazer, no pensamento e na ação, as exigências dos deuses. O ritual foi transformado em princípio moral, sobretudo mais tarde, no zoroastrismo e no budismo. A base da "religião védica", no entanto, já existia entre os árias, antes mesmo de invadirem a Índia. Constituída de princípios otimistas e de amor pela vida, não incluía a idéia de existência após a morte. Os cantos sagrados revelavam uma organização social estável, abundância de alimentos, famílias grandes e sucesso nas guerras. Os cultos, antes uma atividade familiar, tornaram-se com o tempo cada vez mais complexos, com elaborado ritual, confiado a sacerdotes. Desenvolveu-se ainda a idéia de um poder criador: Prajapati (em sânscrito, "Senhor das criaturas"), descrito nos Vedas, depois transformado em Brahma.

Hinduísmo bramânico. A segunda fase do hinduísmo veio com a decadência da antiga religião védica. Brahma (em sânscrito, "absoluto"), um dos deuses da tríade hindu (trimurti), integrada também por Vishnu e Shiva, tornou-se o deus principal. Brahma é a manifestação

⁸ Josh McDowell e Don Stewart, *Entendendo as Religiões Não Cristãs*, pág. 9.

antropomórfica do brahman, a "alma universal", o ser absoluto e incriado, mais um conceito da totalidade que envolve todas as coisas do que um deus. O cerimonialismo enriqueceu-se notavelmente sob a direção dos brâmanes (sacerdotes). Os cultos adquiriram poder mágico. As idéias de samsara (transmigração das almas a reencarnações sucessivas) e karma (lei segundo a qual todo ato, bom ou mau, produz conseqüências na vida atual ou nas encarnações posteriores) surgiram nessa época, assim como as especulações filosóficas sobre a origem e o destino do homem. O sistema de castas converteu-se na principal instituição da sociedade indiana, sendo a casta dos brâmanes a mais elevada.

A visão bramânica do mundo e sua aplicação à vida estão descritas no livro do Manusmriti (Código de Manu), elaborado entre os anos 200 a.C. e 200 da era cristã, embora também contenha material muito mais antigo. Manu é o pai original da espécie humana. O livro trata inicialmente da criação do mundo e da ordem dos brâmanes; depois, do governo e de seus deveres, das leis, das castas, dos atos de expiação e, finalmente, da reencarnação e da redenção. Segundo as leis de Manu, os brâmanes são senhores de tudo que existe no mundo.

Reformas e seitas. As várias tendências surgidas depois do longo período de elaboração filosófica e de decadência do hinduísmo bramânico produziram, no século VI a.C., o jainismo e o budismo como religiões distintas, embora alguns especialistas as considerem como grandes seitas heréticas do hinduísmo. Vardhaman Mahavira, o Jaina, e Siddharta Gautama, o Buda, seus fundadores, rejeitavam os dogmas védicos-bramânicos e anunciavam a auto-suficiência do homem para uma vida plena. O homem não precisa de um deus para realizar seu destino. A preocupação social do budismo, que condenava o sistema de castas e o monopólio religioso dos brâmanes, transferiu-se mais tarde para o hinduísmo. O renascimento do hinduísmo e a invasão islâmica produzida entre 1175 e 1340, que acabou por impor-se a quase toda a Índia, limitaram a expansão do budismo ao seu país de origem.

Doutrina. As muitas diferenças e divisões doutrinárias produziram enorme diversidade de cultos e de sistemas no hinduísmo. O paraíso hindu abriga 330 milhões de deuses, expressões de um brahman único que encerra em si mesmo o universo todo. Acima de todas as expressões, está a superioridade de Deus, identificado com o antigo mito do primeiro homem, Parusa. O despedaçamento de seu corpo, que produziu o nascimento do universo, é a base da doutrina hinduísta de um Deus simultaneamente criador e destruidor da realidade.

O deus universal está acima do panteão de deuses locais, que nem mesmo têm o título de Senhor (isvara). Posteriormente, Brahma foi superado por Shiva e Vishnu, em torno dos quais os demais deuses foram agrupados. A coexistência de tantas formas e manifestações religiosas criou os mais extraordinários símbolos: deuses com mil olhos, como Indra, e Kali, que se popularizou principalmente por um de seus filhos, Ganesha, com vários braços e cabeça de elefante.

O destino do homem, entretanto, não depende de nenhum desses deuses, mas de seu próprio esforço. O homem pode condenar-se ou salvar-se dos sofrimentos, causados pela samsara, a roda da vida que gira sem cessar, produzindo nascimentos e renascimentos sucessivos. A alma de todas as criaturas (e não somente dos homens) está sujeita a um novo nascimento (punajarma). É a reencarnação sucessiva, sacralização da vida trágica de longos períodos de fome, guerras, doenças e cataclismos. A realidade social é predestinada e em geral desgraçada, mas o karma, a repetição da vida por meio de vários nascimentos, é a esperança de atingir uma casta mais elevada. A salvação consiste na liberação desse ciclo e na fusão final com Deus.

Na cosmologia hindu, Brahma está além de toda ação ou inação e acima do bem e do mal. A energia latente que existe dentro de Brahma, quando liberada na criação do universo, toma a forma de maya (ilusão), que assim é captada por nossos sentidos. Qualquer universo, como projeção de Brahma, tem a existência limitada a 4,32 bilhões de anos solares. No final desse

ciclo, as chamas ou as águas destroem esse universo e maya retorna a Brahma, repetindo-se o processo indefinidamente.

Hinduísmo e casta. Os hindus atribuem caráter religioso a todas as atividades, o que faz do hinduísmo uma ordem social-religiosa que influi diretamente na vida toda, desde a moral até a economia e a gramática. De certa maneira, isso supera o pessimismo da desilusão e confere a cada momento da vida uma dimensão religiosa. São imperiosas as obrigações impostas pelo sistema de castas. Atuar de acordo com a casta a que pertence é, para o hindu, conseqüência da doutrina enraizada na ordem do universo. A ordem social divide as pessoas em castas, assim como a vida se manifesta em formas inferiores e superiores. O sistema de castas surgiu na Índia com os árias e começou a desenvolver-se por volta de 850 a.C. Sua origem parece proveniente da divisão entre o imigrante ária, de pele clara, e os nativos (dasya), denominados escravos (dasas), que se distinguiam pela pele escura. Com o tempo, o sistema de classificação evoluiu para o plano político-social-religioso.

Em sua estrutura mais antiga, o sistema era constituído de quatro castas: os brâmanes (sacerdotes), os xatrias (guerreiros), os vaixás (burgueses) e os sudras (artesãos). Cada casta tem suas próprias normas e está rigorosamente separada das outras. Não é permitido o casamento misto, nem a refeição em comum, nem a participação conjunta em atividades profissionais. A quebra de qualquer dessas obrigações implica a exclusão da casta, pelo que o indivíduo fica privado de todo direito social e se torna um pária, sem casta. Mais tarde esse número aumentou e chegou a mais de três mil castas e subcastas, divisão que ainda influi poderosamente na sociedade indiana, apesar da extinção legal das castas em 1947. Nessa época, o sistema dividia a população hinduísta indiana em cerca de 17 milhões de brâmanes, vinte milhões de membros das outras três castas e mais de sessenta milhões de outras categorias, entre as quais a dos intocáveis (harijans, povo de Deus).

Budismo

Fundado na Índia por volta do século VI a.C., e inspirado nos ensinamentos de Siddharta Gautama, cognominado o Buda, o budismo é a denominação dada pelos ocidentais ao sistema religioso que visa à realização plena da natureza humana e à criação de uma sociedade perfeita e pacífica. Aberto a todos os grupos sociais, etnias, culturas e nacionalidades, desenvolveu-se por todo o Extremo Oriente.

Desde sua origem, o budismo imbuíu-se de elementos éticos, filosóficos e religiosos. Para se compreender a extensão desse sistema, é necessário que se conheça a literatura canônica do budismo, que se divide em três coleções: o cânon páli, conservado pelos budistas do sudeste asiático, o cânon sino-japonês e o tibetano. Uma visão mais completa exige a leitura de outros textos em sânscrito, manchu, mongol e em vários dialetos da Ásia central, como o tangut.

Muitos estudiosos ocidentais consideram o cânon páli como repositório dos mais antigos textos do budismo, mas isso foi contestado por Jean Przyluski e por orientalistas japoneses, liderados por Shoko Watanabe. A composição do cânon páli, de acordo com a tradição, começou logo depois da morte de Siddharta Gautama, tendo chegado à ilha de Ceilão (atual Sri Lanka) no século III a.C. Na verdade, entram nesse cânon textos compostos em diversas épocas, sendo os mais recentes escritos no século V da era cristã. Do Ceilão foi levado para a Birmânia (atual Myanmar), a Tailândia e o Camboja. Compreende três partes: uma coleção de regras monásticas, uma outra de sutras ou sermões atribuídos a Buda e a coleção de comentários filosóficos.

O cânon sino-japonês é muito mais extenso, pois encerra, além dos textos correspondentes ao páli, uma série de outras obras. Também divide -se em três coleções e sua elaboração teve início no século I da era cristã, com a tradução para o chinês dos primeiros textos sânscritos.

O cânon tibetano teve sua formação no século VII e foi concluído no século XIII. Compreende duas partes. A primeira contém os sermões de Buda e as regras monásticas; a segunda inclui os tratados filosóficos e uma série de comentários, poemas, crônicas e textos de medicina e astrologia.

Evolução histórica. Buda —nasceu cerca de 560 a.C., na parte noroeste da Índia. Seu nome de família era Gautama, e seu prenome era Sidarta. Era filho de um rajá.⁹ Perdeu a mãe com apenas uma semana de vida. Convencido de que a vida é cheia de sofrimentos e sacrifícios, resolveu buscar a iluminação religiosa. Chamado de Buda, que significa "o iluminado", percorreu o nordeste da Índia durante seis anos. Sua pregação se baseava na crença de que a existência é um ciclo contínuo de morte e renascimento. Assim, a posição e o bem-estar na vida decorrem da conduta nas vidas anteriores. Um elo liga a vida presente à passada.

O desligamento dos bens materiais, a paz e a plenitude levam a um estado de ausência total de sofrimento a que Buda denominou nirvana. Para atingi-lo, é preciso seguir a doutrina das Quatro Nobres Verdades e da Senda Ótupla. As Quatro Nobres Verdades são: a constatação de que o sofrimento é fator inerente a toda forma de existência; de que a origem do sofrimento é a ignorância; de que se pode dominar o sofrimento por meio da extinção da ignorância; de que o caminho que leva ao domínio do sofrimento, caminho médio entre a automortificação e o abandono dos prazeres, consiste na Senda Ótupla. Esta abrange compreensão correta, pensamento correto, palavra correta, ação correta, modo de vida correto, esforço correto, atenção correta e concentração correta.

Após a morte de Buda, seus ensinamentos foram codificados pelos discípulos que os conservaram, a princípio por tradição oral e mais tarde por escrito. Em seus 2.500 anos de história, o budismo deu origem a muitas escolas e correntes, com muitas variações doutrinárias, mas todas baseadas em elementos pan-indianos. Para os budistas, o universo é formado por infinitos sistemas, cada um tendo como centro uma enorme montanha de nome Sumeru, em torno dela giram o Sol e a Lua. Os budistas acreditam que acima do mundo material, por eles desprezado, existem planos imponderáveis, habitados por seres divinos e felizes. Os sistemas de número infinito estão sujeitos a destruições e recriações periódicas, o que leva a uma concepção cíclica do tempo. Ao contrário dos sistemas bramânico-hinduístas, o budismo não admite a existência de um Ishvara, "Deus Criador". As criações e destruições são estabelecidas por uma lei eterna e o processo não tem nem fim nem começo.

Escolas budistas. Várias escolas budistas desenvolveram-se na Índia e em outros países asiáticos. As mais influentes foram, no entanto, a Theravada, a Mahaiana, a Mantraiana e a Zen. Embora tenham muito em comum, apresentam singularidades.

A escola theravada, entre as antigas, foi a única que subsistiu. A palavra theravada significa "caminho dos mais velhos", e atualmente predomina em Myanmar, Camboja, Laos, Sri Lanka e Tailândia. Para seus seguidores, Buda é a figura histórica mais importante, como também o são as virtudes da vida monástica e a autoridade do Tripitaka (tríplice cesto), o cânon páli.

Mahaiana significa "grande veículo". A maior parte dos seguidores dessa escola vive no Japão e em outros países da Ásia ocidental. Os budistas mahaianas acreditam na existência de vários budas, divididos em "budas do céu" e homens que se transformarão em budas no futuro, capazes de salvar os homens através da graça e da compaixão. A escola mahaianista, em geral, aceita o Tripitaka, mas também reivindica para suas escrituras um nível superior de verdade. Seus adeptos normalmente ensinam como leigos e monges podem atingir o nirvana.

Mantraiana quer dizer "veículo sagrado de recitação". Os Himalaias, a Mongólia e o Japão constituem os centros mais importantes de atuação dessa escola budista. Em geral, o budismo mantraiana aceita a maioria das doutrinas da escola mahaianista. No entanto, assinala a

⁹ Josh McDowell e Don Stewart, *Entendendo as Religiões Não Cristãs*, pág. 36.

estreita ligação entre o guru, chefe espiritual, e um pequeno grupo de discípulos, que passam grande parte de seu tempo recitando versos chamados mantras, dançando e meditando. Na escola mantraiana, o sexo só deve existir com finalidades sagradas. Acreditam esses budistas em muitos demônios, duendes e outras entidades.

Os seguidores da escola Zen estão principalmente no Japão, embora o movimento tenha nascido na China. O Zen busca a forte ligação entre o chefe e seus discípulos e estes, quando evoluídos, podem atingir o satori (a iluminação, o despertar), alcançado gradativamente, mediante longo processo de disciplina e autoconhecimento.

Mundo budista. As três grandes áreas onde o budismo mais fortemente se disseminou abarcam: o Sudeste Asiático, a Ásia central e o Extremo Oriente. Na segunda metade do século XX, o budismo entrou em decadência na China e no Tibet por motivos políticos. Em outros países asiáticos, porém, ele passou por uma fase de renovação, associando-se muitas vezes a movimentos nacionalistas. O reavivamento do budismo na Índia teve início em fins do século XIX, com a fundação da Sociedade Mahabodhi pelo missionário cingalês Anagarika Dharmapala. Mais tarde, Ambedkar associou o budismo ao movimento contra as castas, apelando para que os párias ou intocáveis se convertessem ao budismo. Gandhi, Tagore, Nehru e outros líderes demonstraram grande simpatia pela doutrina budista. No Ocidente, onde seu estudo sistemático ocorreu a partir do século XIX, o budismo teve boa acolhida, chegando mesmo a se formarem pequenas comunidades.

Confucionismo

Desde o século II antes da era cristã até o ano de 1911, os altos funcionários públicos chineses, que constituíam a casta dos mandarins, tinham que iniciar a carreira com um rigoroso exame sobre os livros "clássicos" recomendados por Confúcio. Os termos culto, competente e confuciano eram equivalentes.

Entende-se por confucionismo a filosofia e a ética política de Confúcio, construídas em torno do homem e de sua experiência social e política, na busca do bem-estar coletivo, que impregnaram a cultura e as diversas religiões que se enraizaram na China, como o taoísmo e o budismo, e exerceram influência mesmo sobre o marxismo maoísta.

A época de Confúcio (séculos VI-V a.C.), na qual ocorreu a decadência da dinastia Zhou (Chou), caracterizou-se pelo regime feudal e pela turbulência política. O mestre se propôs como meta uma reforma política baseada na moral, para instaurar a ordem e a justiça. A essência de seu pensamento era o zen (jen), que tem sido entendido como benevolência, amor, virtude, altruísmo, humanidade e outros termos que denotam idéias similares. Aos discípulos que lhe perguntaram em que consistia o zen, o próprio Confúcio respondeu: "Amar os seres humanos."

Ensinaamentos dos sábios. Confúcio apresentava-se não como criador, mas como transmissor dos ensinamentos dos sábios chineses. Mestre de moral, particularmente de moral política, baseou-se nos textos tradicionais que estudou, comentou e revalorizou.

A mensagem de Confúcio se concentra nos Cinco clássicos ou Wu jing (jing ou ching significa "o que serve de regra ou cânon"). O Shu jing (Shu ching), Livro da história, reúne fatos e decisões do tempo dos reis sábios e permite identificar a autoridade daquilo que Confúcio chamava de Mandato Celeste, com a imitação dos soberanos justos. O Shi jing (Shih ching), Livro dos poemas, reúne 305 hinos profanos e religiosos, que Confúcio comentava de um ponto de vista ético, sem entrar nos temas sensuais nem na beleza poética dos textos. O Yi jing (I ching), Livro das mutações, inclui os diagramas empregados na adivinhação. O Li ji (Li chi), Livro da etiqueta, contém os ritos ou cerimônias. Por último, o Chunqiu (Chun-chiu), As primaveras e os outonos, narra a história do estado de Lu, onde Confúcio nasceu, de 722 a 481 a.C.

A esses cinco textos acrescentaram-se outros, também considerados clássicos. O básico é o Lun yu (Lun yu), conhecido no Ocidente como Analects, que reúne aforismos e diálogos de

Confúcio anotados por seus discípulos; o Da xue (Ta shueh) ou O grande ensinamento, o Zhong yong (Chung-yung) ou Doutrina do meio e o Xiao jing (Hsiao ching) versam, respectivamente, sobre a sabedoria, a harmonia e a piedade filial. O Mêncio (Mengzi ou Meng-tzu), com os ensinamentos desse pensador, foi mais tarde incorporado ao cânon, assim como outros textos menores que chegaram a constituir um total de 13 clássicos.

Ideal humanista e político. Confúcio pregou o cultivo das virtudes e o dever de aspirar à perfeição. Àquele que conseguia a virtude perfeita, chamava de "homem perfeito" ou "cavalheiro". Essa qualidade humana superior consistia na sinceridade, na moderação, na justiça, na fidelidade à natureza, na lealdade. Era, em suma, o zen, que ao contrário do que pretendia a aristocracia feudal, não vinha do berço mas se conquistava mediante permanente autocontrole e disciplina.

A sociedade ideal seria aquela em que se cumprissem algumas relações entre as pessoas: honradez entre governantes e súditos, amor entre pais e filhos, separação de funções entre marido e mulher, compreensão entre anciãos e jovens e fidelidade entre amigos. Com relação ao governo, Confúcio insistia em que o governante deveria esforçar-se para que o povo vivesse em paz e prosperidade. Se não conseguisse isso, deveria ser substituído ainda que fosse pelo uso da força. O bom governante, além de ser modelo de moralidade, devia fomentar a educação, conseguir uma sociedade justa e entregar os cargos de responsabilidade às pessoas mais capazes, sem levar em conta sua origem social. Essa norma influenciou mais tarde a implantação do sistema de exames para todos os que pretendessem desempenhar funções públicas, o que deu origem ao mandarinato.

O desejo de harmonia social levou Confúcio a procurar caminhos intermediários, sem extremismos ideológicos, com respeito aos ritos religiosos, as tradições e as boas maneiras sociais: "Mais virtudes que conhecimento: és um rústico. Mais conhecimento que virtudes: és um pedante. Conhecimento e virtudes na mesma proporção, este é o homem de qualidade."

Ética e religião. Confúcio não propôs credo ou ritos. Em relação a Deus e ao mundo sobrenatural, mostrou-se agnóstico: não os negava, e até respeitava as tradições e se apoiava nelas, mas considerava que esses temas escapam às possibilidades do conhecimento humano: "Se nem sequer compreendeis a vida, como poderíeis entender a morte?" ou "Se não podemos servir ao homem, como poderemos servir aos espíritos?". A moral de Confúcio se baseava no homem e nas necessidades da sociedade. Ao referir-se ao céu ou ao Mandato Celeste, pareceu freqüentemente identificá-lo com a natureza. Entre as tradições que considerava importantes, o culto aos antepassados tinha lugar privilegiado: "Servir aos mortos como se estivessem conosco é a mais elevada expressão de piedade filial." Na arquitetura chinesa, durante muito tempo, as casas reservaram um lugar central para o altar dos antepassados.

Taoísmo

Ao lado do confucionismo, e em oposição a ele, o taoísmo modelou o caráter do povo chinês ao longo de mais de dois mil anos. As camadas cultas da sociedade chinesa desprezaram a religião taoísta, considerada supersticiosa, mas cultivaram sua filosofia. O taoísmo popular foi a força inspiradora de inúmeras sociedades secretas e movimentos políticos. No século XX, o governo comunista criou obstáculos à religião, mas o taoísmo manteve-se florescente nas comunidades chinesas dispersas pelo mundo, sobretudo em Formosa, onde conta com cerca de mil templos.

Taoísmo é um sistema filosófico-religioso que abrange um ramo da tradição filosófica chinesa e a religião taoísta, com doutrina e culto formalizados e liderança institucional. As duas formas de expressão do pensamento taoísta são inequivocamente interligadas, embora apresentem pontos de tensão. Aspectos do sistema taoísta foram assimilados por culturas da Ásia oriental sob influência da China, sobretudo Coréia, Japão e Vietnam.

Taoísmo e confucionismo diferem diametralmente. A tradição taoísta enfatiza a liberdade individual e a espontaneidade, um governo liberal, a experiência mística e técnicas de autotransformação. O confucionismo, pelo contrário, insiste nos deveres morais do homem, na importância dos costumes sociais e nas responsabilidades da autoridade pública. Em contraste com o programa de reforma social confucionista por meio de princípios morais, rituais e leis governamentais, o taoísmo aponta o abandono da sabedoria como o verdadeiro caminho. Não propõe, no entanto, uma vida inativa, mas sim uma atitude espontânea, não controladora, livre de metas e objetivos.

Taoísmo filosófico. Atribui-se a criação do taoísmo a Laozi (Lao-tsé), suposto autor do Daode jing (Tao-te Ching) ou Livro da razão suprema, compilado provavelmente por volta do ano 300 a.C. Essa é a principal fonte do taoísmo, além do Zhuangzi (Chuang-tzu) e do Liezi (Lie-tzu), que reúnem fragmentos datados dos séculos IV-I a.C. O Daode jing é um pequeno tratado de cerca de cinco mil palavras, concebido como um guia para os governantes, que oscila entre os extremos da introspecção meditativa e da aplicação política de seus princípios. Para interpretar seu texto criptográfico e hermético foram escritos numerosos comentários.

O *dao* ou *tao* é o conceito fundamental tanto do taoísmo quanto do confucionismo. *Dao* significa literalmente "caminho" ou —veredall, termo que, como em outras culturas, designa também um método ou estilo de vida.¹⁰ No confucionismo, o *dao* tem um caráter basicamente ético, enquanto que no taoísmo adquire um significado metafísico. *Dao* é o princípio universal, origem e fim de todas as coisas; é a unidade imutável subjacente à pluralidade dos fenômenos, é a síntese dos opostos, do yin e do yang, ou pólos contrários. O *dao* existe por si só, não tem forma, mas é perfeito; não é uma coisa, mas se encontra em todas as coisas; dele se pode dizer que "não é", em comparação com as coisas que conhecemos. O *dao* é o absoluto, experimentado apenas em êxtase místico. De ou te é a manifestação do *dao* em todas as coisas.

O objetivo a que se propõe o filósofo taoísta é tomar consciência do *dao* por meio da contemplação e situar-se em sintonia com ele pela experiência mística, acomodando-se ao ritmo da própria natureza e do universo. Desse modo, o filósofo consegue a verdadeira libertação e escapa do mundo ilusório para alcançar a imortalidade. Para isso, deve renunciar à complexidade social, a seus próprios desejos, a seu orgulho e ao amor próprio. De acordo com Zhuangzi (Chuang-tzu), que viveu no século IV a.C., o indivíduo em harmonia com o *dao* compreende o curso da constante mutação da natureza e não teme o ciclo da vida e da morte. Assim como ocorre na morte, também em vida o homem deve retornar à pureza e simplicidade originais do *dao*.

Taoísmo religioso. Por volta do século II da era cristã, começaram a organizar-se na China comunidades religiosas preocupadas com questões ligadas à imortalidade. Embora esse objetivo entrasse em conflito com os princípios taoístas, os textos da tradição filosófica aludiam à extensão da vida e à proteção usufruída por aqueles em harmonia com o *dao*. A vida desses homens perfeitos -- ou imortais, como passaram a ser conhecidos -- tornou-se o principal paradigma do taoísmo religioso. Laozi foi divinizado como autor da grande revelação. Entre as práticas que tinham por objetivo alcançar a imortalidade, incluíam-se meditação, disciplina sexual, alquimia, exercícios respiratórios, dietas, uso de talismãs e a busca da legendária ilha de Bliss.

Uma das primeiras comunidades organizadas da nova religião taoísta foi destruída no ano 184 pela dinastia Han. Durante a dinastia Tang (618-907), o taoísmo foi privilegiado na corte e caracterizou-se por uma síntese litúrgica e doutrinária. As tentativas de impedir o sectarismo, que se iniciou durante a dinastia Ming (1368-1644), não puderam evitar a polarização entre a tradição clássica, ortodoxa, e movimentos dissidentes, que se mantinha ainda no século XX. Em

¹⁰ Entendendo as Religiões Não Cristãs, pág. 85.

Formosa, membros das ordens ortodoxas são conhecidos como "cabeças-negras" e os dissidentes como "cabeças-vermelhas". Um dos eventos mais significativos da história do taoísmo ocorreu em Formosa, em 1964: a ordenação de um holandês, K. M. Schipper, como monge taoísta. Suas pesquisas sistemáticas das práticas taoístas poderão trazer uma inestimável contribuição para o conhecimento do taoísmo, sobretudo entre os ocidentais.

Sikhismo

Discípulos de dez mestres religiosos conhecidos como os Dez Gurus, os sikhs crêem que se unirão a Deus após a transmigração de suas almas por várias existências.

Sikhismo é uma religião indiana que combina elementos das crenças muçulmana e hinduísta. O Deus único dos sikhs, ou "discípulos", não admite representação. A prece, a obediência aos mandamentos, a repetição constante do nome de Deus e a leitura do livro sagrado Adi Granth (Primeiro livro) fazem parte da vida religiosa. Os sikhs vivem em regime de castas segundo diferenças étnicas: jats, ou tribos agrícolas, não-jats e mazahabis, ou intocáveis. A maioria dos sikhs reside no estado do Punjab, no norte da Índia, onde a seita foi fundada por Nanak Dev, o primeiro guru, no final do século XV.

Arjun, o quinto guru, compilou os escritos dos gurus anteriores e fundou o principal santuário sikh, o Harimandir (Templo Dourado), em Amritsar, no século XVI. Arjun foi condenado à morte pelo imperador mogol Jahangir, o que deu início ao processo de militarização dos sikhs, que culminou sob o décimo guru, Gobind Rai, no século XVII. A disposição para a luta recebeu sanção religiosa quando Gobind criou uma nova fraternidade, que chamou de Khalsa (Pura), e deu a si mesmo e a todos os membros um sobrenome comum, Singh (leão). As mulheres receberam o sobrenome correspondente de Kaur (leoa). Gobind Singh, como passou a se chamar, perdeu em ação militar quase todos os seguidores, inclusive os quatro filhos e, pouco antes de morrer assassinado em 1708, declarou extinta a sucessão de gurus.

Banda Singh Bahadur sucedeu a Gobind na liderança militar dos sikhs. Durante oito anos desafiou o poder dos mogóis e devastou grande parte da região leste do Punjab até ser capturado e, junto com 700 seguidores, executado em Delhi.

Por alguns anos os sikhs se mantiveram em relativa tranquilidade. O estado sikh formou-se no início do século XIX sob Ranjit Singh, que reconstruiu o Harimandir. Com a morte de Ranjit, os britânicos deram início às guerras sikhs de 1845-1846 e 1848-1849, na fronteira do Punjab, que acabaram com a anexação desse território à Índia britânica. Na segunda metade do século XIX, os sikhs do Punjab apoiaram o governo britânico. Uma das facções, o movimento Singh Sabha, chegou a lutar ao lado dos britânicos na primeira guerra mundial, mas o massacre de civis em Amritsar, em 1919, em que pereceram 400 indianos, os fez desistir da cooperação. Os sikhs aderiram em massa ao movimento de libertação liderado por Mohandas Gandhi.

Em 1947, com a saída dos britânicos, o subcontinente foi dividido em Índia e Paquistão e a população sikh do Punjab viu-se dividida pela fronteira entre os dois países. Cerca de 2,5 milhões de sikhs deixaram o Paquistão e se fixaram no leste do Punjab, de onde expulsaram os muçulmanos.

Nas décadas subseqüentes, os sikhs fizeram da região uma produtiva área agrícola. Extremistas que ambicionavam a formação de uma nação sikh autônoma no Punjab deram início a ações terroristas, o que gerou confronto com o governo indiano. O clímax do conflito foi o ataque ao Harimandir pelas forças indianas em junho de 1984 e, logo depois, o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi pelos sikhs. Desde então, a comunidade sofre as conseqüências da luta entre sikhs extremistas e a repressão oficial.

Xintoísmo

O xintoísmo —trata-se, fundamentalmente, de uma lealdade reverente a um estilo familiar de via e a lugares familiares.||¹¹ Conjunto de crenças e práticas expressas em manifestações sociais e atitudes individuais, o xintoísmo preservou seu espírito ao longo dos tempos embora não tenha fundador, escrituras sagradas oficiais ou dogmas.

Xintoísmo é a religião nacional do Japão, que se constitui de crenças e práticas religiosas de tipo animista. De origem chinesa, o termo xinto significa "caminho dos deuses". O xintoísmo reconhece um poder sagrado cuja natureza não pode ser explicada em palavras, o kami, e que se acha difundido na natureza sob a forma do Sol (Amaterasu), da Lua (Tsukiyomi), da tempestade (Susano) e muitas outras. Os espíritos dos antepassados também são considerados deuses tutelares da família ou do país, motivo pelo qual os ritos fúnebres possuem grande relevo.

Origens. A tradição religiosa do xintoísmo formou-se no período anterior ao budismo, que ganhou força no Japão no século VI. A partir de então, contatos entre o xintoísmo e o budismo modificaram ambas as religiões. Os budistas adotaram divindades dos xintoístas, e estes, que consideravam seus deuses espíritos invisíveis e sem formas precisas, aprenderam com o budismo a erigir imagens e templos votivos. Houve quem proclamasse que as duas religiões eram manifestações diferentes da mesma verdade, o que originou uma tendência sincretista.

As narrativas míticas da tradição xintoísta foram registradas por escrito no Kojiki (712; Anais das coisas antigas), e no Nihongi (720; Crônicas do Japão), as mais antigas fontes literárias. Os mitos referem-se a um caos primordial em que os elementos se mesclam em massa amorfa e indistinta, "como num ovo". Os deuses surgiram desse caos.

A partir do final do século XVII teve início um movimento nacionalista que pretendeu restaurar o xintoísmo mediante a promoção das práticas antigas e a proclamação de uma ética nacional e de ritos patrióticos que originaram o xintoísmo estatal (Kokka Xinto). Os principais teóricos desse movimento foram Mabuqui, estudioso do Kojiki e do Nihongi, e Motoori Norinaga, que sistematizou as correntes religiosas de modo a combinar o culto da natureza com o dos heróis. Com a instauração do imperador Meiji, em 1868, o xintoísmo estatal foi proclamado religião oficial, liberto tanto das influências budistas como dos costumes do xintoísmo popular. O xintoísmo nacionalista exaltava a raça japonesa e divinizava o imperador, mas no final da segunda guerra mundial os Estados Unidos obrigaram o imperador a desfazer o mito de sua divindade.

Os deuses. Segundo o Kojiki, o advento dos deuses iniciou-se com cinco divindades: Amenominakanushi (Senhor do agosto centro do céu), Takamimusubi (Alto gerador do deus prodigioso), Kamimusubi (Divino gerador do deus prodigioso), Umashiashikabihikoji (O mais velho soberano do cálam) e Amenotokotachi (O que está eternamente deitado no céu).

A seqüência prossegue com as "sete gerações divinas", dois deuses e mais cinco pares: Kuminotokotachi (Eternamente deitado sobre a terra); Toyokumonu (Senhor da integração exuberante); Uhijini (Senhor da lama da terra); e Suhijini (Senhora da lama da terra); Tsunuguhi (Embrião que integra) e Ikuguhi (Aquela que integra a vida); Ohotonoji (O mais velho da grande morada) e Ohotonobe (Senhora mais velha da grande morada); Omodaru (Aspecto perfeito) e Ayakashikone (Majestosa); Izanagi (Varão que atrai) e Izanami (Mulher que atrai). Essas entidades recebem a designação de kami ou "espíritos divinos".

O último casal da série teogônica, Izanagi e Izanami, desempenha na cosmogonia xintoísta o papel da criação e, como tal, é a partir dele que se estrutura o corpo de mitos etiológicos que mostram, por exemplo, o aparecimento das ilhas japonesas e das divindades secundárias associadas a cada uma destas. A catábase (descida aos infernos) de Izanagi, realizada após a morte de sua mulher em consequência do parto do fogo, faz parte dessa categoria de mitos. Segundo a narrativa tradicional, Izanagi contemplou o corpo putrefato de Izanami e se purificou

¹¹ John B. Noss, *Man's Religion*, pág. 316.

num rio ao retornar ao mundo dos vivos. De seus trajes abandonados e das impurezas que lhe saíram do corpo nasceram as divindades maléficas, além da deusa solar Amaterasu e dos deuses Susanowo e Tsukiyomi (Lua).

As relações entre o culto dos mortos e o culto dos kami manifestam-se no Kashikodokoro, santuário do palácio imperial de Tóquio, onde o imperador e sua corte rendem homenagens aos antepassados kami durante as grandes festas nacionais. O Kashikodokoro constitui, no Japão moderno, o centro onde se preservam as remotas tradições do xintoísmo.

CONCLUSÃO

—Independentemente das definições, todas as religiões (no sentido comum da palavra) possuem em comum determinados elementos. Estes incluem rituais comuns a realizar, orações a recitar, lugares a frequentar ou evitar, dias santos a guardar, meios pelos quais predizer o futuro, um conjunto literário a ler e estudar, verdades a declarar, líderes carismáticos a seguir e ordenanças a obedecer. Muitas têm construído edifícios para fins de adoração, e existem atividades tais como oração, sacrifício, contemplação e, em alguns casos, magia.

—Intimamente associado com estes elementos está a conduta pessoa. Embora seja possível separar observâncias rituais da conduta moral, a adoração geralmente implica um tipo de relacionamento com Deus ou com um deus perante os quais se espera que se adote determinado padrão de comportamento. Uma exceção digna de nota na história foi a religião oficial estatal na Antiga Roma, que se mantinha separada do compromisso e moralidade pessoal.¹² Em geral, no entanto, as religiões sempre aliam crença à conduta.

Embora a palavra religião seja difícil de definir, como experiência humana ela é universal. O teólogo germano-americano Paul Tillich apresentou uma definição básica e simples da palavra: —Religião é a preocupação derradeira|. Isto significa que a religião abrange aquilo a que as pessoas mais se dedicam e de onde esperam elas extrair a satisfação mais fundamental da vida.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMANAQUE ABRIL 1999. São Paulo: Editora Abril, 1999.
2. BACH, Marcus. *Major Religions of the World*. Nashville: Abindgon, 1979.
3. ELIADE, M. & COULIANO, I. P. *Dicionário das Religiões*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1995.
4. ENCICLOPÉDIA BARSA. Grande parte do texto deste módulo foi transcrito ou adaptado a partir desta abalizada obra de referência.
5. HUME, Robert E. *The World's Living Religion*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1959.
6. NOSS, John B. *Man's Religion*. Nova Iorque: MacMillan Company, 1969.
7. OFFNER, Clark B. *The World's Religion*. Michigan: Eerdmans Publishing Co., 1976
8. STEWART, Don & MCDOWELL, Josh. *Entendendo as Religiões Não Cristãs*. São Paulo: Candeia, 1996.